



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE MAIO DE 2012

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento
Deolindo da Mata
Carlos Cссора

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de uma Deputada substituta à Assembleia Nacional.

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Carlos Pinheiro (ADI) quis saber o porquê da ausência da maioria dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe, tendo intervindo também o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) que propôs deliberação sobre a presença dos Deputados do Príncipe nas sessões plenárias.

A proposta da Mesa para convidar a delegação sectorial a se assentar na bancada governamental e usar da palavra, com base no artigo 230.º do Regimento, e a questão da distribuição do tempo mereceram intervenções, a diverso título, dos Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Levy Nazaré (ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Alcino Pinto (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI), Arlindo Barbosa

(MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD), Isabel Domingos (ADI) e Maria das Neves (MLSTP/PSD).

Em sessão de perguntas ao Governo, no âmbito dos artigos 74.º e 230.º, sobre o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, proposto pelo Grupo Parlamentar do PCD, fizeram uso da palavra, além da Sra. Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais (Ângela Costa) e do Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos), os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD), Mário Macedo (MDFM/PL), Fernanda Margato (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Alcino Pinto (MLSTP/PSD), Maria de Cristo (PCD) e Isabel Domingos (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão quando eram 14 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulez **Trovoada** da Costa
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Felisberto Almeida **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos **Ramos**
Guilhermino de Sousa **Pontes**
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José Manuel Costa Alegre
José da Graça **Diogo**
Júlio Ramos d' **Apresentação**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário **Fernando**
Nilton Viegas Fernandes **Lima**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Oswaldo Godinho Alves de **Carvalho**
Paulo **Jorge** de Carvalho

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD)

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
António Soares de Marques **Lima**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Carmelita de Lima **Taveira**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**
Fernanda Mendonça de **Azevedo**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Guilherme **Octaviano** dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José da Graça **Viegas** Santiago
Manuel **Martins** Quaresma
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Silvíia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Daniel da Trindade Luciano **Ramos**
Danilson Alcântara **Cotú**

Delfim Santiago das Neves
Gil Mascarenhas da Costa
Maria de Cristo Carvalho
Yurgue-Anatali da Silva **Francisco**

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Mário Menezes Macedo

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já temos condições para trabalhar, só temos uma substituição no Grupo Parlamentar do PCD, substituição do Sr. Deputado Albertino Bragança, que esteve ausente, felizmente já chegou, mas há uma proposta que entrou em última hora para se proceder à sua substituição. Sr. Líder Parlamentar do PCD, só nos falta a questão da posse.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, peço desculpas, estava lá fora e ouvi o Sr. Presidente dizer que estamos com problemas relacionados com o empossamento.

O Sr. **Presidente**: — Está em curso, mas quero pôr tudo em dia, para começarmos a trabalhar.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para a leitura do Termo de Posse.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à leitura da acta de empossamento de uma nova companheira a esta Casa Parlamentar, a quem desejo já que seja bem-vinda.

«Aos 11 dias do mês de Maio do ano 2012, compareceu perante o Plenário da Assembleia Nacional, a Sra. Deputada substituta Maria de Cristo Hilário Carvalho, do Círculo Eleitoral de Água Grande, em substituição do Sr. Deputado eleito Albertino Homem Sequeira Bragança, tendo a mesma prestado juramento.»

A Sra. Deputada prestou juramento nos termos constitucionais.

«E para constar se lavrou o presente Termo de Posse, que vai assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pela empossada e por mim, a Secretária da Assembleia Nacional, que a lavrou.»

O Sr. **Presidente**: — A Mesa gostaria de saudar a nova Deputada e desejar-lhe êxitos no cumprimento da missão.

Posto isso, temos quórum para iniciarmos o trabalho que é uma sessão de perguntas ao Governo, de acordo com a solicitação do Grupo Parlamentar do PCD. Essa solicitação vem publicada no Diário que todos já devem ter em mãos.

É um debate sectorial, previsto no Regimento da Assembleia Nacional, por isso, se me permitem, vou convidar os membros do Governo para ocuparem os respectivos lugares.

Pausa para a entrada da Ministra da Saúde e Assuntos Sociais e do Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização na Sala.

Tem a palavra o Sr. Deputados Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, constatei que na Sala não está a maioria dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe. Felizmente estou cá porque estou numa formação e aproveitei para participar. Gostaria de saber do Sr. Presidente o porquê da ausência dos meus colegas da Região Autónoma do Príncipe, porque já tínhamos decidido aqui na plenária que não se realizaria nenhuma reunião plenária na ausência dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe. Inclusive a última sessão plenária foi adiada justamente porque não se reuniu condições para que os Deputados do Príncipe pudessem estar presentes.

O Sr. **Presidente**: — O problema que o Sr. Deputado coloca foi amplamente analisado e discutido na Conferência de Líderes. O que aconteceu é que de facto a solicitação do debate

entrou e a Mesa pensou em agendar uma reunião normal em que pudesse estar presente os Deputados do Príncipe, mas, de acordo com as condições de transporte, só tínhamos a garantia da vinda dos Deputados do Príncipe no dia 22 e com regresso no dia 26. Portanto, a plenária teria que ser realizada entre os dias 24 e 25. Todavia, o Grupo Parlamentar que requereu o debate fundamentou que seria inoportuno fazer o debate até aquela data e decidiu-se também fazer de acordo com a disponibilidade da Sra. Ministra da Saúde e Assuntos Sociais, que disse que no dia 14 ou 15 iria viajar, em missão de serviço. Então, optou-se por fazer esse debate com antecedência, hoje. Tendo em conta que o debate não implica votação, o Grupo Parlamentar requerente, também com a anuência da Conferência de Líderes, decidiu fazer esse debate sem a presença dos Deputados do Príncipe.

A Mesa também anuiu, porque para qualquer debate de facto basta haver quórum e a plenária pode funcionar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, neste caso, estamos perante alguma injustiça, porque para um caso há um critério e para outro caso há outro critério. Tinha ficado aqui decidido que não se realizaria nenhuma sessão plenária na ausência dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe. Entendo que a Assembleia é nacional, então todos os Deputados devem ter as mesmas possibilidades de estarem presentes. Daí que não concordo muito com a sua explicação e julgo que havia toda hipótese de se colocar em São Tomé todos os Deputados do Príncipe, para também fazerem parte desta sessão, porque entendo que é importante que os Deputados do Príncipe também possam interrogar a Ministra sobre o caso em questão.

O Sr. **Presidente**: — Alguma opinião?

Como disse, todos esses aspectos foram analisados, entretanto, chegou-se ao entendimento de se realizar esta sessão de perguntas desta maneira, com a ausência da maioria dos Deputados do Príncipe.

O Sr. Deputado parece ter razão, mas o que se vai debater é a situação de penúria de medicamentos e outros consumíveis no centro hospitalar Ayres de Menezes. É natural, compreende-se que é possível que o Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça também tenha os mesmos problemas, mas foi o entendimento a que se chegou.

Alguma consideração?

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, apenas venho manifestar também, mais uma vez, a minha preocupação quanto a algumas decisões saídas da Conferência de Líderes, porque não é a primeira vez que isso acontece, não é a primeira vez que manifestamos a nossa discordância quanto a isso. Ou se explica a todos os Deputados que a Conferência de Líderes tem poderes para alterar as decisões do Plenário, porque essa decisão foi tomada na plenária, ou não; se a Conferência de Líderes pode sobrepor-se ao Regimento ou não. É apenas essa questão que gostaria de levantar para esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Está posta a questão.

Parece que foi abordado na plenária, mas a Mesa também tem a convicção de que não houve uma deliberação em termos de resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, fica bem claro que a decisão da Conferência de Líderes retira oportunidade aos Deputados da Região Autónoma do Príncipe de participarem nesta sessão plenária e de também se pronunciarem sobre a questão. Entendo que devemos ter direitos iguais, o País é República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A Conferência de Líderes não pode tomar decisões que lesem os Deputados de uma região, sobretudo a que está mais distante da capital.

O Sr. **Presidente**: — Está tomada a nota, os Srs. Líderes ouviram, tomaram a nota. Acho que a intervenção é pertinente, mas...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, assim sendo, proponho que se delibere para que da próxima vez não venhamos dizer que falámos, mas não deliberámos.

O Sr. **Presidente**: — Nesta reunião não há período de antes da ordem do dia. Poderemos reservar esta discussão para uma próxima plenária, para tomarmos uma deliberação sobre essa matéria. Isso até ajuda a Mesa na condução dos trabalhos.

Vamos começar os nossos trabalhos. Penso que a equipa sectorial poderia também...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — ...digo isso, porque o Regimento diz, «faz acompanhar». O espaço onde estão é do público, eles fazem parte da equipa.

Murmúrios.

É outro aspecto. Terão direito à palavra ou não?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não têm direito à palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Regimento diz: «Cada sessão de pergunta de âmbito sectorial é dirigida a um departamento governamental e conta com a presença do ministro responsável e da respectiva equipa governamental.» Como é que podemos traduzir isso?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Equipa governamental.

O Sr. **Presidente**: — A minha interpretação é que a equipa governamental que acompanha o ministro tem que assessorar o ministro, e para assessorar...

Murmúrios.

Vamos lá, lá está o problema. Quando o Regimento diz que o ministro vem responder e pode trazer a sua equipa governamental, significa que a equipa governamental vem assessorá-lo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Só em sede da comissão especializada é que a equipa sectorial tem a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Aqui não diz comissão especializada. Aqui está a dizer perguntas de âmbito sectorial.

Murmúrios.

«Presença do ministro responsável e da equipa...». Qual é a equipa?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — São os técnicos do ministério.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — São os técnicos, claro.
Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, o Regimento, na minha opinião, está claro. Como há pessoas a escutar-nos, não estamos só nesta Casa Parlamentar, se me permite, Sr. Presidente, vou ler só um pouco a linha que fala sobre isso.

Diz o artigo 230.º, «Perguntas de âmbito sectorial.

1. Cada sessão de perguntas de âmbito sectorial é dirigida a um departamento governamental e conta com a presença do ministro responsável e da respectiva equipa governamental.»

Na minha opinião, não há dúvidas. Há pessoas que podem ter dúvidas sobre isso, eu não tenho. É o ministro da área e a sua equipa governamental, a equipa governamental aqui pressupõe-se os seus colaboradores mais directos.

Se o Grupo Parlamentar que pede essas perguntas ao Governo acha que de facto a questão é deveras importante para se discutir no Parlamento, não vejo porquê se impedir que os técnicos mais responsáveis esclareçam, quer os Deputados quer a todo povo de São Tomé e Príncipe sobre a questão da Saúde. Não vejo porquê impedir os directores, que são os

técnicos que trabalham dia-a-dia na área, e outros colaboradores da Ministra de virem aqui explicar.

Isso não significa que a própria Ministra não possa responder, obviamente que ela como tutelar da pasta terá que responder às questões, mas os técnicos também poderão ajudá-la a responder a algumas questões.

O Regimento diz: «... a equipa ministerial...». Acho que não há dúvidas, a não ser que haja outros propósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, julgo que estamos a fazer uma confusão desnecessária. Gostaria de convidar o Sr. Deputado Levy Nazaré a ler os artigos 76.^o e 77.^o, porque para além das normas existentes nas reuniões plenárias, apenas os Deputados e os ministros têm palavras. Nas reuniões plenárias não há lugar para outras pessoas que não sejam Deputados nem membros do Governo.

Eu tenho uma outra interpretação do artigo a que o Sr. Deputado fez referência. Para mim, equipa governamental não é o mesmo que equipa ministerial. O Governo, de acordo com a nossa Constituição, é uma equipa chefiada pelo Sr. Primeiro-Ministro e, no quadro do actual Governo, pelos Ministros e o Secretário de Estado. É essa a composição do Governo.

Os directores, directores-gerais, secretários e secretários-gerais não fazem parte do Governo. Constitucionalmente, esses cidadãos não integram a equipa governamental.

Eventualmente, se o legislador pretendeu fazer referência à equipa ministerial equivocou-se. Então, temos que respeitar aquilo que diz o nosso Regimento quanto a reuniões plenárias, e estamos em sessão plenária. Os técnicos da Administração Central do Estado podem ter sim intervenções, bem como os convidados, nas comissões especializadas. Esta é a prática e para além da prática é o que diz as nossas normas.

Sr. Presidente, não quero substituir os meus colegas do PCD, que tiveram a iniciativa, mas o Sr. Deputado Levy quis eventualmente dizer que há uma intenção de proibir os nossos cidadãos que têm essas funções na Administração Pública, os nomadamente directores e os assessores da Sra. Ministra de contribuírem para o esclarecimento.

Torna-se necessário não fazer política de mentira.

Murmúrios.

Não é isto que está em causa e aliás nem iniciamos o debate, não conheço o conteúdo da intervenção dos meus colegas do PCD, daí que não convém começarmos um debate em que todos pretendem que seja justo e correcto para o esclarecimento de questões, lançando achas desnecessárias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, vou começar da mesma forma como o Sr. Deputado Alcino Pinto, numa das sessões anteriores, que havia dito que Levy Nazaré é jurista e com alguns anos de prática. Espero que o Sr. Deputado venha a ter alguns anos de prática, mas também é jurista. Quando o Regimento fala do departamento governamental, na minha opinião, está a referir-se a um ministério e à equipa desse ministério. Sem irmos ao Regimento que para mim, como já disse, não há dúvidas, não fazemos política de mentira. Mentira é sim quando se lê o Regimento de outra forma. Numa das sessões plenárias anteriores, se o Sr. Deputado estiver a lembrar, o Sr. Secretário-geral da Assembleia Nacional usou da palavra e ela não é nem deputado, nem ministro e alguns Deputados disseram que era para esclarecer a Assembleia.

Porquê num dia se pode chamar quem não é ministro nem deputado para esclarecer a Assembleia e o País e noutro dia já não é possível?

Não vou por este lado, para mim o Regimento diz que sim, e não fazemos política de mentira. Aqui é a Casa de se fazer política, já me ensinaram isso na sessão plenária anterior. Disseram-me que aqui é a Casa de se fazer política, então fazemos política de verdade, doa a quem doer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não vou entrar neste debate, mas apenas para manifestar também alguma preocupação relativamente ao que vem no Boletim que nos foi

distribuído que contraria tudo aquilo que foi decidido na Conferência de Líderes, quer em termos de distribuição de perguntas, quer em termos de tempo. Eu gostaria que o Sr. Secretário da Mesa nos explicasse, tendo em conta porque foi ele quem lavrou a acta dessa reunião.

O Sr. **Presidente**: — Bom, o Boletim estabelece o tempo e distribui as perguntas, precisamente nos termos do Regimento.

Na Conferência de Líderes tentámos fazer esse exercício, mas na organização dos trabalhos, os serviços ou a Mesa disse que não havia problemas nenhuns.

O Regimento está claro. O artigo 230.º, ponto 2 diz: «As sessões de perguntas de âmbito sectorial têm a duração máxima de duas horas, dispondo o Governo de um tempo para respostas igual ao tempo para formulação das perguntas, ...».

Depois, o ponto 3 diz: «Cada pergunta é imediatamente seguida da resposta pelo Governo, não havendo lugar à acumulação de tempos para respostas conjuntas.»

Distribuição das perguntas, vamos para artigo 233.º:

«1. Cada grupo parlamentar pode formular uma pergunta por cada conjunto de cinco deputados ou fracção que o componha.

2. Para formular perguntas, cada grupo parlamentar pode inscrever deputados nos termos do número anterior.»

Uso da palavra, 234.º:

1. Os deputados inscritos enunciam cada pergunta por tempo não superior a três minutos.

2. O membro do Governo responde por tempo não superior a cinco minutos.

3. O Deputado interrogante tem o direito de, imediatamente, pedir esclarecimentos sobre a resposta por tempo não superior a três minutos.

4. O membro do Governo, se assim o entender, responde ao pedido de esclarecimento por tempo não superior a três minutos.»

Então, se o tempo máximo é de 120 minutos e a distribuição de perguntas dá ao ADI o direito de fazer cinco perguntas, o MLSTP/PSD tem direito a cinco perguntas, o PCD pode fazer duas perguntas e o MDFM tem um Deputado, também tem o direito de fazer perguntas.

Por isso, é que o ADI em cada grupo de cinco, porque são 26, faz cinco perguntas, há três, e para cada pergunta tem três minutos, são 15 minutos. Tem direito a mais 15 minutos, de pedido de esclarecimento; o MLSTP/PSD, de igual forma, tem direito a quatro perguntas, são 21 deputados, cada grupo de cinco faz uma pergunta, cada pergunta tem três minutos e pode pedir esclarecimento e são três minutos para cada pedido de esclarecimento.

O PCD tem direito a duas perguntas, cada pergunta três minutos e para cada pedido de esclarecimento três minutos, e o MDFM pode fazer uma pergunta e pedir esclarecimento dentro de cinco minutos. Somando, dá precisamente aquilo que o Regimento diz. O Governo tem 60 minutos, porque se houver 12 perguntas, terá cinco minutos para responder. Até fica sem tempo para dar esclarecimentos adicionais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente pelo exercício exímio e cartesiano como faz com relação à gestão do tempo.

E este seu exercício leva-nos a uma questão. Pelos vistos, com esta administração do tempo eu gostaria de saber como é que se casam as respostas ou os apoios das equipas ministeriais. Para isso, convido os Srs. Deputados a lerem o Regimento na secção que tem a ver com o uso da palavra. E aí vão ver que na Plenária não existe espaço para equipas acompanhantes ou que suportam o Governo.

O Sr. **Presidente**: — Mas já tínhamos ultrapassado o problema da equipa ministerial. Já entramos na outra fase dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — O Sr. Presidente disse que já ultrapassamos esta fase, ainda não ultrapassamos a questão da presença da equipa do Ministério da Saúde.

O Sr. **Presidente**: — O que vamos ultrapassar é se a equipa ministerial, como diz o Regimento, pode falar ou não. A meu ver depende da Sra. Ministra.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Exacto. Nós dissemos que a equipa ministerial estaria dentro do tempo do Governo.

Portanto, para nós há duas questões neste momento. Acharmos que não vale a pena passarmos para outro problema sem resolvermos primeiro esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria também de felicitá-lo pela «perfeição» que fez do Regimento, mas também dizer-lhe que de forma inteligente não leu todos os números do artigo, exactamente para as pessoas não perceberem.

Estamos a falar de perguntas de âmbito sectorial e não do âmbito geral. Aquilo que o Sr. Presidente leu tem a ver com perguntas de âmbito geral, onde as perguntas são formuladas antecipadamente, enviadas ao Governo e o Governo tem as prerrogativas de escolher as perguntas que irá responder. Coisa completamente diferente do caso presente. Nós não estamos aqui – eu se perguntar à Sra. Ministra se sabe que perguntas algum deputado vai fazer, de certeza que não sabe.

Por isso, o artigo 233.º não se enquadra naquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer. O Sr. Presidente no artigo 230.º leu o primeiro e parte do segundo ponto. E o segundo ponto do artigo 230.º diz o seguinte: «As sessões de perguntas de âmbito sectorial têm a duração máxima de duas horas, dispondo o Governo de um tempo para respostas igual ao tempo para formulação das perguntas, cabendo à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares...», repito, não fui eu quem fez isso, foi o legislador e nós temos que cumprir, foi aprovado, «... cabendo à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares fixar a distribuição das perguntas de acordo com a representatividade de cada grupo parlamentar e, bem assim, decidir sobre a organização da sessão.»

Portanto, se nós na Conferência decidimos de uma maneira – eu quero aqui lembrar aos Srs. Deputados que estamos a falar de um órgão colegial e a Conferência funciona em função do voto proporcional de cada grupo parlamentar – logo, a Mesa sozinha não tem poderes para alterar aquilo que se decidiu na Conferência, a menos nos telefonar para um encontro rápido, já que encontrou outra alteração.

Na Conferência, foi-nos perguntado quantas perguntas tínhamos. O PCD disse que tinha 10, o MLSTP/PSD disse 10, o ADI disse que não tinha, porque não respondeu. Então, essas 20 perguntas são distribuídas conforme o tempo. Se o ADI não tem perguntas, não tem tempo. É o que está aqui. Não se pode, na minha opinião, alterar as decisões que são tomadas na Conferência de Líderes, que é um órgão colegial. Repito, as decisões são tomadas em função da representação parlamentar de cada partido.

O Sr. Presidente sozinho decidiu.

Mais uma vez, os senhores estão a perceber o que é que está nesta Casa Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Na Conferência de Líderes, não conseguimos distribuir as perguntas. Tentámos distribuir o tempo e não as perguntas e a tentativa que fizemos é no âmbito da discussão de propostas e projectos de lei.

Agora, perguntas de âmbito sectorial e perguntas de âmbito geral têm regulamentos próprios aqui nesses artigos.

O que o senhor falou sobre o artigo 232.º e 233.º, que não tem nada a ver, eu acho que tem. Há partes, por exemplo, o ponto 3 do artigo 233.º não tem a ver com o debate sectorial porque diz: «O Governo escolhe as matérias a que responde, dando indicação da sua escolha e dos membros do Governo encarregados de responder até a sessão anterior àquela em que se realiza as perguntas.». Em relação ao debate sectorial, não é nada disso. Não é aplicável, assim como no 232.º não foi possível aplicar o ponto 3, que é: «Estabelecida a data, esta é anunciada aos Deputados com a antecedência mínima de 5 dias relativamente à data da sua realização.» Nós não pudemos cumprir isso, devido à oportunidade de se querer fazer o debate. De resto, o 234.º serve precisamente para qualquer dos debates, sectorial ou geral. Os pontos 1 e 2 do artigo 233.º servem a qualquer dos debates.

Portanto, está posto ao Plenário.

Tem a palavra Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desculpem-me por estar a insistir e peço a vossa indulgência e paciência. É que no artigo 230.º, «Pergunta de âmbito sectorial», já traz tudo o que está no artigo 233.º. Exactamente porque quando se trata de perguntas de âmbito sectorial a Conferência decide, enquanto para perguntas de âmbito geral existem outros procedimentos.

O senhor quer repetir o artigo 233.º quando no próprio 230.º já tem tudo. Quer dizer, para esta sessão o artigo 230.º determina como é que é feito, como são distribuídas as perguntas, o tempo de respostas, está tudo no 230.º. O legislador separou exactamente para não haver confusões. Nas perguntas de âmbitos gerais há outros procedimentos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Arlindo Barbosa quer intervir sobre este assunto?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu estive distraído e peço desculpa. Eu não queria intervir directamente nesta questão, mas já agora que estou no uso da palavra queria dar também a minha participação em relação a isso.

Sr. Presidente, estou de acordo com a intervenção do Sr. Deputado Delfim Neves e temos que ver a convocatória que saiu. A convocatória que eu recebi faz referência ao artigo 230.º e não sei porque é que estão a ler outros artigos.

Eu não faço parte a Conferência de Líderes, mas penso que as questões foram debatidas na Conferência e a decisão que saiu de lá, que eu tenho aqui, tem a ver com o artigo 230.º. Então li o artigo 230.º do Regimento para estar preparado para esta sessão. É esse esclarecimento que eu gostaria de obter, porque não faço parte da Conferência.

Outro aspecto tem a ver com a participação da equipa governamental ou não. Aqui a Sra. Deputada Elsa Pinto foi clara e praticamente tirou-me a palavra. Estamos aqui para aprender e seria bom que lêssemos o artigo 94.º do Regimento que faz referência ao uso da palavra, para sabermos se efectivamente a equipa governamental tem ou não palavra nas reuniões plenárias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, primeiramente quero lamentar o tratamento que a Mesa me tem dado enquanto Deputado. Estou a pedir a palavra há muito tempo e tenho visto o Sr. Presidente ignorar o meu pedido e a dar palavra a outros Deputados.

Logo depois de o Deputado Levy ter feito o uso da palavra, eu pedi a palavra e só agora é que me concedem...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado quando pediu o seu líder até fez um sinal, como que...

Murmúrios.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Não, não foi.

Era para esclarecer a situação que o Sr. Deputado Levy levantou, de que o Sr. Secretário-geral da Assembleia Nacional tinha tomado a palavra aquando da sessão para aprovação do orçamento da Assembleia Nacional. Quero aqui lembrar que estive cá na Sala, levantei a questão e ficou claro que o Sr. Secretário-geral não tinha direito à palavra. Permitimos porque vimos a aflição que o nosso Presidente do Conselho de Administração tinha para esclarecer algumas questões...

Risos gerais.

... então abrimos esse espaço para ser solidário com o Presidente do Conselho de Administração.

Falei depois com o Sr. Secretário-geral e ele reconheceu que não tinha direito à palavra e só o fez porque o Presidente lhe convidou.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Violando o Regimento?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Por isso, foi contestado naquela reunião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

Vozes do MLSTP e do PCD: — Oh!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, só tomo outra vez a palavra para sugerir para avançarmos.

Vozes do MLSTP e do PCD: — Ah, agora sim!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sim, temos que avançar. Isso porquê? Porque foi pedido um debate de urgência...

Murmúrios e protestos.

Vozes: — Debate de urgência?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Desculpa, perguntas ao Governo. Falou-se de urgência. Os Deputados do Príncipe não estão cá pela urgência que o assunto tinha.

Vozes do ADI: — Exactamente!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Se não poderíamos esperar até eles chegarem.

Sabem, se o assunto da Saúde é importante, diz respeito a todos nós, estamos a fazer um mau trabalho. Temos que avançar, Sr. Presidente.

Levantei-me para pedir que avancemos.

Só quero dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves que tenho dificuldades, talvez pela minha formação académica, porque referiu que todas as regras já estão no artigo 230.º. Foi o que disse e ouvimos, mas se formos ler também o artigo 231.º, que fala de perguntas de âmbito geral, já tem regras no próprio corpo do artigo. Se formos ver o ponto 3, alínea a), diz o seguinte: «Os Deputados interpelantes fazem as perguntas por tempo não superior a 3 minutos...», também está aqui na regra, no próprio corpo do artigo.

No fundo o que queria dizer é o seguinte: quando legislamos temos leis com os livros, os capítulos e secções, etc., e não podemos cingir-nos apenas à letra. A regra da interpretação leva-nos a ver a lei no seu todo. Desde a Secção V, «perguntas ao Governo», tudo isto que estamos a falar está dentro desta Secção, diz o ponto 1, «Os Deputados podem formular, oralmente, perguntas ao Governo em reuniões plenárias organizadas para esse fim». Logo, são regras especiais para este fim concreto...

Protestos do Sr. Deputado Delfim Neves.

Sim, sim, só um momento. Se formos ver os outros artigos, 232.º e seguintes, na minha humilde opinião jurídica, o Sr. Presidente está a fazer uma interpretação real, porque os artigos 232.º, 233.º e 234.º fazem parte das regras, quer das perguntas de âmbito sectorial quer das de âmbito geral. É por isso que essa interpretação é correcta.

Mais uma vez, gostaria de pedir para avançarmos. O povo está à espera dessas perguntas ao Governo, para que ele venha esclarecer-nos, e é isso que nos interessa.

Sou de opinião, mais uma vez, porque o Regimento também é claro, para não ser repetitivo, que se permita que os colaboradores da Sra. Ministra possam também dar explicações.

Vamos avançar, meus senhores!

Murmúrios e protestos gerais.

Porque está no Regimento.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Deputado, deixa-me dizer-lhe que esse tipo de debate, se for para estar num *tête-à-tête* com Delfim Neves, é melhor desistir, porque não vou por esse caminho.

Na minha intervenção anterior já tinha dito que a Conferência de Líderes decidiu, não distribuimos perguntas, mas foram lançadas os números de perguntas a cada grupo parlamentar e o ADI não respondeu.

O Sr. Presidente fez uma proposta que, não tendo o ADI levantado a questão em relação ao número de perguntas, submetêssemos o debate para o artigo 158.º e assim concordámos. Foi o que ficou decidido.

Agora, o que eu não posso concordar é que na Conferência se decida de uma maneira e o Sr. Presidente, unilateralmente, mais uma vez, decida sozinho.

Protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — O Sr. Presidente decidiu de acordo com o Regimento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Oiça, os senhores podem ler o Regimento e ver qual é o peso que tem a Conferência de Líderes.

O Sr. Presidente, nesta matéria, tem que reunir a Conferência de Líderes e nela as decisões são tomadas por consenso, ou por maioria. Está no Regimento.

O senhor vai ver e se quiser posso dizer quais são os artigos. A tomada de decisão em Conferência é tomada por consenso e, na falta de consenso, por maioria dos representantes dos grupos parlamentares.

Protestos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Meu caro amigo, o Plenário tem recursos, é um órgão de recurso. O senhor procura o artigo no Regimento que fala de recursos e recorre.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Para algumas coisas tem e para outras não tem.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor vê onde tem recurso e se há espaço para recorrer, recorre. Ninguém está contra isso. Agora, o que estou a dizer e repito é que, na minha opinião, aquilo que está no Regimento é que a Conferência de Líderes toma decisões por consenso e, na falta de consenso, por maioria absoluta dos seus representantes, e não foi o caso.

Murmúrios e protestos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Você que está contra, recorre. Porquê não recorreu.

O Sr. **Presidente**: — A ordem está à apreciação do Plenário e ele decide.

Pausa.

Vamos prosseguir com a ordem estabelecida, ou não?
Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O mais grave ainda, Sr. Presidente, e quando falo gosto de mostrar papeis, é que já havia uma ordem do dia com a distribuição de perguntas e do tempo elaborado, na base daquilo que decidimos na Conferência. Está aqui.

Protestos do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

Se o Sr. quiser posso dar-lhe, está aqui, pode ler e passar para o seu colega...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não, não preciso.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Portanto, o Sr. Presidente alterou sozinho e isso é gravíssimo.

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Então, Srs. Deputados, em que ficamos. Vamos ao debate ou não?
Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, a proposta do Grupo Parlamentar do ADI vai no sentido de seguirmos estritamente o que está na Secção V, «Perguntas ao Governo», conforme o Boletim.

É só isso.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Qual dos boletins? Aí é que a coisa se agudiza muito mais.

O Sr. **Presidente**: — Como é que «a coisa se agudiza»?

Risos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sim, porque o senhor não mandou distribuir, mas mandou elaborar!

Vozes do MLSTP/PSD: — Aí está!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Pois é.

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Isso foi antes da reunião.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isso foi uma proposta.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas quem mandou elaborar? Os serviços elaboraram só por vontade própria, ou foi uma decisão da Mesa? É isto que pergunto.

Pausa.

Sr. Presidente, sendo o proponente desta sessão, eu saí da Conferência convencido de que tudo estava devidamente resolvido. Em grupo fizemos a distribuição das nossas dez perguntas, tal como anunciei na Conferência de Líderes e o Sr. Presidente preferiu adoptar outra forma de distribuição de tempo, com a qual concordámos. Agora, para mim é uma surpresa que o grupo parlamentar, que pediu um debate de âmbito sectorial, tenha direito a duas perguntas. Isso é muita brincadeira a meu ver! O grupo pedir um debate para fazer duas perguntas e depois ficar calado a ouvir? Não iremos participar nesse debate nestas condições, enquanto não resolver o problema que a Conferência decidiu.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, acho que há muita incoerência nelas vêm contradições nas palavras dos Deputados e faço-me explicar. O Deputado referiu, fundamentou e argumentou o artigo 230.º e vou ler este artigo, no ponto 2: «As sessões de perguntas de âmbito sectorial têm a duração máxima de 2 horas, dispondo o Governo de um tempo para respostas igual ao tempo para a formulação das perguntas, cabendo à Conferência dos representantes dos grupos parlamentares fixar a distribuição das perguntas, de acordo com a representatividade de cada grupo parlamentar e, bem assim, decidir sobre a organização da sessão».

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isso pressupõe o consenso total.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — «Representatividade proporcional».

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não está representatividade aqui...

Risos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Isso é muita incoerência.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Desculpe, Sr. Presidente. Já lhe disse que não vou entrar num debate *tête-à-tête* consigo. Se é essa a sua estratégia, mude. Se o ADI não tiver perguntas para fazer, vou dar-lhe as minhas?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não, não preciso!

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É isso que pergunto, porque estivemos na Conferência, o Sr. Presidente da Assembleia, Evaristo Carvalho, perguntou a cada grupo parlamentar quantas perguntas tinham e dissemos que tínhamos 10, o MLSTP/PSD respondeu também que tinha número igual e o ADI...

Protestos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Se quer ter mais perguntas, que tenha mais Deputados.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É difícil falar com esses murmúrios. É triste! Não quero aqui usar a linguagem que se diz em bom português: «quando um...fala o outro fica calado».

O Sr. **Presidente**: — Mas, na lógica, os senhores acham que se o PCD quiser fazer 10 perguntas, o MLSTP/PSD 10 perguntas e o ADI 10 perguntas, 30 perguntas, vamos responder em 2 horas?

O legislador organizou...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Se forem 30 perguntas, tendo 60 minutos, são 2 minutos por pergunta.

Vozes do ADI: — 3 minutos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — 2.

O Sr. **Presidente**: — E as respostas?

Murmúrios gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que, infelizmente, não estamos a contribuir para o nosso melhor desempenho.

Houve efectivamente decisões que tomámos ao nível da Conferência de Líderes e ficou uma coisa que está registado no Regimento, no artigo 158.º – e isso é o que me parece absurdo – no seu ponto 5, relativamente ao tempo de debate. Quando vi aqui o tempo distribuído para o PCD, que fez a solicitação, surgiu-me logo uma interpretação: não se quer que se faça o debate sobre o sector da Saúde. Diz textualmente aqui...

Murmúrios e protestos do ADI.

Não, não só sobre o sector da Saúde, porque ficou claro também, aliás houve aqui debates que os Deputados do ADI abandonaram a Sala e o Governo, pura e simplesmente, nem sequer apareceu.

Diz que quem solicita o debate tem tempo igual ao do Governo...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não é debate, é perguntas. Não confunda debate com pergunta.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Oh senhor, mas é sectorial...

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Lê o artigo 158.º, Sr. Deputado.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Mas estou a falar do uso do tempo...

Vozes do ADI: — Leia o artigo 158.º!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, peço a sua indulgência no sentido de pedir aos Srs. Deputados que me deixem falar.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sim, pode falar à vontade, mas leia o artigo 158.º.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Estou a falar do tempo de uso da palavra. O partido que solicitou o debate deve ter tempo igual ao do Governo.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isso não é debate...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O tempo igual ao do partido maioritário.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isto é uma sessão de perguntas ao Governo. O Regimento está claro.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Mas o senhor não pede a palavra para falar porquê?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, do jeito que isso está e com o hospital e a Saúde da maneira como está, vamos caminhar todos para a morte!

Risos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Lá vamos, directamente de certeza.

O Sr. **Presidente**: — Mas queria dizer que se usarmos para este debate o artigo 158.º também estaremos a errar, porque este artigo está no quadro do título V, «formas de processo legislativo» e está no âmbito de discussão e votação. Não sei o que é que querem que a Mesa faça. Temos que enquadrar as coisas.

Falámos do artigo 158.º na Conferência de Líderes e quisemos dar isso, mas é normal, o debate não se encaixa aqui. No artigo 158.º o debate está no processo legislativo e começa logo: «Para discussão de cada projecto, proposta de lei ou de resolução e apreciação de decreto-lei, é fixado, na Conferência, um tempo igual, tendo em conta a sua natureza e importância».

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isto está claro.

O Sr. **Presidente**: — ...e não estamos perante este processo, estamos num outro. Devem reparar que, no processo de debate sectorial com o Governo, é preciso estar de acordo com ele também.

Vamos fazer uma coisa fora do âmbito regimental e o Governo pode dizer também, «não, não vou responder porque não enquadra no âmbito próprio». Não há dificuldade nenhuma. O Governo tem também o direito de responder às perguntas, estando enquadradas naquilo que está no Regimento.

Vamos fazer perguntas ao Governo, usando mecanismos de outro processo? É precisamente por isso que quando me apresentaram este Boletim, reparei e mandei suspender. Os serviços, quando me apresentaram o Boletim, chamaram-me atenção...

Vozes: — Foram eles que o sugeriram?

O Sr. **Presidente**: — Não, não sugeriram, chamaram-me atenção que este processo, conforme está, é de um outro quadro, processo de debate com o Governo. Não podemos fugir a isso. O Governo pode chegar cá e dizer que não responde, porque está fora daquilo que prevê o Regimento. Foi esse o exercício que fiz minimamente. Agora, se o Plenário quiser, altera-se. Fiz de boa-fé, respeitando a posição do Governo, porque é ele que vem responder e para fazermos isso é preciso acordarmos com o mesmo, e também tendo em conta o Regimento. O Governo disse que vai responder, mas no âmbito do que está regimentado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, é pena que a gente é convidada para estar numa reunião da Conferência de Líderes e algumas pessoas ficam lá de corpo presente e a cabeça fora do sítio. O que estou a assistir hoje dá-me a impressão de que nem sequer houve Conferência para a tomada de decisão.

Quero chamar atenção ao Sr. Presidente, porque por toda boa-fé que tenha, respeitando a vontade de outrem, o lugar onde o senhor está não compadece com este tipo de postura.

Vozes do ADI: — Um Presidente da Assembleia?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não compadece com a tomada de decisões por boa-fé e respeitando a vontade de outrem. Peço ao senhor, mais uma vez, para tomar decisões de acordo com aquilo que está definido no Regimento e no Estatuto dos Deputados, nada mais do que isso.

O senhor disse aqui que tomou uma decisão por toda boa-fé, respeitando a vontade ou a disponibilidade do Governo, contrariando tudo que se decidiu na Conferência. Custava-lhe,

com esta boa-fé, também telefonar aos Líderes Parlamentares e fazer-lhes essa contraproposta?

É uma pergunta que faço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Espero que o Sr. Deputado Delfim, quando esteve a falar, não era para mim.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sim, estava a falar para si.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Quando estive na Conferência de Líderes estive de cabeça no ar, não é? Obrigado.

Só queria dizer que estive presente e sabe que nunca estive de acordo com nenhuma dessas situações que levantaram lá. Quando chegou as perguntas, é lançar por lançar, é assim...?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não lançamos, fazemos.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não, lançaram perguntas. «Eu quero fazer 10» e o outro «eu também quero fazer 10». Foi assim a questão.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Isso não é assim.

Risos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Foi assim que fizeram.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O Regimento não diz isso.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Afinal isso é assim? Vamos ao artigo 230.º. Sempre chamei atenção para isso. Foram ver o artigo 158.º e chamei atenção. O 158.º não...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Quem é que foi ver o 158.º? Diz aqui?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não sei.

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ah, agora não sabe? O senhor não estava lá?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não, quem é sabe.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor estava lá e não sabe!

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Há o interesse de fazer-se o debate ou não? Parece que há interesse...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar está disponível para fazermos o debate, mas cumprindo o que está escrito no Regimento.

É essa a nossa proposta e não nos abdicamos dela.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sei que esta estratégia que foi adoptada em última hora é uma tentativa de inviabilizar o debate, nada mais do que isso. Essa disponibilidade manifestada agora é tudo palhaçada. É mentira!

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Vamos a ela.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Se está mesmo disponível, então vamos a ela sim senhor. Vou fazer a intervenção.

O Sr. Presidente pode inscrever-me.

Protestos do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

Cada um faz a pergunta como sabe. Se o senhor está habituado a chegar a uma localidade, querendo chegar a um destino, pára e pergunta «onde é que é a casa de fulano é?», então o senhor faz a sua pergunta dessa maneira. Eu não, chego de forma delicada, cumprimento e peço favor para me indicarem a casa do fulano e agradeço no fim. Por isso, se quiser chegar no púlpito e fazer a sua pergunta directa, faça. Tenho a minha maneira de fazer perguntas à Sra. Ministra.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Não parece.

O Sr. **Presidente**: — Sugiro que comecemos a fazer perguntas. Vamos ver até onde é que ficamos no trabalho.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para um pedido de esclarecimento.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, creio que é necessário avançar mesmo e não quero contribuir para ficarmos mais entalados, mas confesso que tenho alguma dificuldade e preocupação. Uma vez que já estamos a avançar para a sessão de perguntas, só queria pedir um esclarecimento. A comitiva que veio acompanhando a Sra. Ministra tem assento ou não? Solicitou-se uma sessão de perguntas no âmbito sectorial...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Estou a pedir esclarecimento e espero tranquilidade e serenidade para podermos avançar.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Outra vez?

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Outra vez, Sra. Deputada. Se não estou esclarecida, é necessário que todos saíamos daqui esclarecidos. Se foi solicitado um debate, tanto é que se indicou o artigo na convocatória, como disse cá o Sr. Deputado, no âmbito sectorial, creio que queremos esclarecimentos. Tanto nós, os Deputados, como as pessoas que estão em casa a nos escutar quer ficar esclarecidos. Ou não é esclarecimento que queremos? Se a Sra. Ministra pode fazer-se acompanhar de pessoas que podem aumentar esse esclarecimento, vamos abdicar-nos dele porquê?

Protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Vozes: — Porque não há espaço no Plenário.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Leiam o artigo 229.º, ponto 1 do Regimento.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, creio que esse clima de tensão não se deve compadecer connosco aqui, uma vez que já solicitámos a sessão de perguntas.

A serenidade deve reinar neste espaço. Já se chegou à conclusão de que se quer pedir esclarecimentos e a Ministra está cá na Sala para dar esclarecimentos...

Vozes: — É isso.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Srs. Deputados, sei que é isso, todos estamos aqui e vemos bem, vamos ter calma.

Estão os artigos identificados na convocatória, na carta de pedido de trabalho, 74.º e 230.º. Tive a preocupação de ler esses artigos do Regimento desde que recebi a convocatória, e os outros subsequentes, para não cair no erro. Achava que nesta altura já estaríamos bem avançados.

Há o 74.º, está determinado, «perguntas ao Governo», há regras que gerem esta situação, vamos seguir e vamos ultrapassar.

O que é que diz o artigo 230.º? «Perguntas de âmbito sectorial. Cada sessão de perguntas de âmbito sectorial é dirigida a um departamento governamental...», neste caso o Ministério da

Saúde e dos Assuntos Sociais, «...e conta com a presença do ministro ...», Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais, «...e da respectiva equipa governamental». O que é a palavra respectiva?

Murmúrios e protestos gerais.

Srs. Deputados, não é para aumentar a tensão, mas permitam-me que avance para a sessão de perguntas esclarecida.

O que significa a palavra respectiva, se estamos no âmbito do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais? É só para perceber, ajudem-me por favor.

Se a Ministra puder recorrer e obter mais informações, tendo as pessoas aqui na Sala, não sei porquê estarmos a negar mais informação.

Vozes do ADI: — É isso.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Por isso, Srs. Deputados, se a Mesa ou alguém puder esclarecer-me, agradeço.

Se a equipa puder ajudar, não sei como, intervindo ou colaborando, mas efectivamente temos que sair desse quadro de tensão e de estagnação total.

O Sr. **Presidente:** — Querem a minha opinião? Na minha opinião, o ministro traz a sua equipa e o seu conselho de direcção...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Está aqui «respectiva».

O Sr. **Presidente:** — ... para o assessorar.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Mas sem uso da palavra.

O Sr. **Presidente:** — O uso da palavra é com o ministro...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Ah!

O Sr. **Presidente:** — ... mas, no mínimo, o seu corpo de assessoramento deve estar junto dele. Não vejo dificuldade nenhuma. O ministro usa da palavra, mas ele pode receber dados do seu conselho de direcção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o senhor é decano nesta Casa e há pessoas que foram Deputados e hoje são membros do Governo e vice-versa. A tradição desta Casa é que nos debates sectoriais a equipa não tem uso da palavra. Eu que já fui Ministra várias vezes pude efectivamente fazer-me acompanhar da minha equipa. Ora, mais do que isso, a Assembleia está organizada, há o espaço para os Deputados, há o espaço para o Governo e para as equipas. Portanto, aquela bancada é a do Governo e mais ninguém pode sentar-se lá. Normalmente é o que acontece...

Uma Voz: — Aquela bancada é para assistentes?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim, assistentes, ou então as equipas.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Onde é que eles vão assentar? Responda-me essa pergunta.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É que não estamos a inventar nada nesta Assembleia. A Sra. Ministra pode fazer-se secundar da sua equipa...

O Sr. **Presidente:** — Mas como?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Pode mandar papéis, pode fazer tudo, mas nunca usar da palavra. Lá não pode! Se nos enveredarmos por esta via, vamos abrir um grande precedente nesta Casa Parlamentar.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sra. Deputada, já se abriu. Os Deputados do PCD disseram que já se abriu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, peço a sua indulgência para que não compliquemos a questão.

Como disse a Sra. Deputada Elsa, o Sr. Presidente é decano, dos mais antigos aqui nesta Casa e, se não houvessem normas escritas, se bem que alguns dizem que a prática não faz leis, teríamos que usar a prática, mas temos normas escritas.

O Sr. Presidente sabe, tanto quanto sei, que na plenária só há lugar para os Deputados e o Governo. Isto está dito, Sr. Presidente, no Capítulo III, «Reuniões plenárias, Secção I, artigo 77.º, «Lugares na sala de reuniões».

1. «Os Deputados tomam lugar na sala pela forma acordada entre o Presidente e os representantes dos grupos parlamentares e do partido, cabendo a prioridade da escolha ao grupo maioritário».

2. Na sala de reuniões há lugares reservados para os membros do Governo».

É tradição, Sr. Presidente, de vários anos e não é a primeira vez todos governos, quando em sessões plenárias no Parlamento, é assessorado e os técnicos sempre estiveram num outro lugar que não o reservado ao governo. Isso é universal e desafio qualquer Deputado aqui a contrariar. Na plenária é a discussão entre os representantes do povo, que somos nós, e o Governo, que deriva da nossa eleição. No Parlamento, o Deputado representante do povo não discute com os responsáveis sectoriais da Administração.

Os directores, chefes de departamento e os assessores não são responsáveis políticos, são responsáveis administrativos. Aqui o nosso debate é político, é entre o Governo, que tem responsabilidade sobretudo política, mas também administrativa. Enquanto fiscalizadores e legisladores, fazemos este debate no âmbito das nossas responsabilidades de fiscalização política e administrativa.

Portanto, quem concebeu isso fê-lo de forma que nós, os representantes do povo, pudéssemos discutir com o executivo, que é um outro poder e não com a Administração. Fazemos a discussão com a administração via Governo. É por isso que nunca vimos o Sr. Primeiro-Ministro, por exemplo, e a sua equipa governamental – sublinho isso porque a equipa governamental é o Governo, que também nos debates com os Deputados carecem de assessoria e de assistência – com um técnico, seja director-geral ou de gabinete, ou coisa parecida, nos lugares reservados ao Governo. Isto é nossa tradição.

O que é outra tradição é que na especialidade, aí sim, os técnicos, os assessores, os convidados, inclusive individualidades que não estão no sector público, têm direito. Nas comissões, inclusive, mesmo os colegas Deputados que não integrem a comissão, têm direito a palavra, mas não votam.

O Sr. **Presidente**: — Entendo isso, Sr. Deputado. Então, mas porque é que o legislador do Regimento pôs aqui neste capítulo «com a presença do ministro responsável e a respectiva equipa ...»?

Murmúrios gerais.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Aí está, Sr. Presidente. Os técnicos estão na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Mas para quê essa presença? Qual é o objectivo?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Assessorar, passando papéis.

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Estar junto é mau?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente sabe isso muitíssimo bem.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — O senhor merece um puxão de orelhas.

Risos do Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Penso que sei, mas se fosse ministro, ao vir responder às perguntas, trazia a minha equipa e ela apoiava-me no trabalho, e estaria junto de mim.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, quando eu e os Deputados novos fomos empossados nesta Casa Parlamentar, e na primeira sessão quando tivemos aqui...

Murmúrios do Sr. Deputado Delfim Neves.

Infelizmente é o que está a acontecer, Sr. Deputado.

Na minha primeira intervenção, eu disse que contava com a colaboração e que gostaria de aprender muito com os Deputados que têm muita experiência nesta Casa Parlamentar.

Já se evoluiu, já se chegou à conclusão de que no âmbito sectorial a Ministra responsável tinha que trazer a sua equipa. Se já sabíamos disso, porque é que não sugerimos desde o início que a equipa fica mais não tem a palavra?

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Mantive-me calada desde o início, contando que iríamos evoluir. Desde o início chegou-se à conclusão de que a equipa não tem assento, porque a plenária é só para os Deputados e o Governo, pelo menos foi o que ouvi aqui, ninguém me disse. Se estamos no âmbito sectorial, já está regimentado que a Ministra deve trazer o seu respectivo elenco, desde o início podia-se ter sugerido...

Murmúrios gerais.

Muito obrigado Srs. Deputados, mais uma vez agradeço.

Desde o início podia-se ter sugerido que a equipa fica, o espaço é convencional. Se pedimos um debate de interpelação, neste espaço ou num outro, é convencional, vamos nos organizar.

Agora ponho uma questão: a Ministra está deste lado e a respectiva equipa governamental está daquele.

Murmúrios gerais.

Sr. Presidente, então a questão é muito maior que a gente pensava. Se a equipa governamental pressupõe-se que vem o Governo todo e que a Ministra da Saúde neste âmbito fale sozinha, então o País vai parar. Se estamos a prever que a respectiva equipa governamental é vir todo mundo, o País vai parar.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Equipa ministerial e não governamental.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Equipa ministerial é mesma coisa.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Eu creio que não é isso, Sr. Presidente. Creio que estamos a falar da mesma coisa. A respectiva equipa governamental é composta pelos colaboradores mais directos que a Sra. Ministra tem.

Eu só quero entender como é que vai ser quando se começar a fazer as questões, caso a Ministra necessite de um reforço de informação. Como é que ela vai obter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, confesso que estou a acompanhar o debate desde o início, não tinha intenção de falar, mas julgo que estamos a prestar um mau serviço à Nação. Muito mau serviço à Nação.

Todos temos a consciência de que se trata de um problema de interesse nacional, o problema de saúde que nos afecta a todos. Estamos com uma manobra dilatária e já perdemos duas horas e meia assentados aqui a debater coisas que não nos levam a lugar nenhum.

É importante ou não debater o problema de saúde. Srs. e Sras. Deputadas que levantaram a questão? Esta Casa Parlamentar sempre se comportou assim na base do Regimento. Todos os governos, eu também já fiz parte do governo, vem a sua equipa e fica aqui, passam o papel, a gente responde. Até o governador de Banco Central já veio com a equipa governamental e ficou aqui deste lado.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — É porque não havia assento.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Não. Não é porque não havia assento. Porque o Regimento dizia que não tinha uso da palavra, como diz o nosso Regimento.

O Secretário-geral quando falou, o Sr. Deputado levantou a questão, ele já não voltou a falar. Nós todos estamos nesta Casa Parlamentar e lembramos disso.

Está-se a dizer que a Ministra pode fazer-se acompanhar da sua equipa. A Ministra pode receber as contribuições da sua equipa e falar.

Murmúrios

Sr. Presidente, Sr. Presidente....

Murmúrios

Meus senhores, eu posso falar ou não? Quando falaram eu me mantive calada. Não falei. Agora eu gostava de me pedir que me deixassem falar.

Sr. Presidente, mais uma vez, gostava de pedir-lhe encarecidamente que comecemos a nos debruçar sobre a reforma parlamentar. É necessário pegar no Regimento, é necessário reformar isso, porque senão perdemos tempo.

Eu suponho que não fomos eleitos pelo povo para estar aqui a prestar esse serviço. Por isso, eu gostava de pedir-lhe encarecidamente, o senhor está na presidência da Mesa, que ultrapassemos isso e que fossemos à questão essencial que nos trouxe aqui hoje, que é o debate sobre o sector da Saúde que todos sabemos que vai mal.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos começar o debate. Convido o Sr. Líder Parlamentar do PCD para iniciar o debate.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, finalmente estamos a iniciar o debate.

Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Estamos hoje a cumprir alguns preceitos regimentais, no que concerne ao poder e funções de Deputados consagrados nos artigos 17.º, 74.º e 100.º do Regimento. Esse exercício vai ao encontro da necessidade de nós, os Deputados, tirarmos o maior proveito das faculdades que a Lei nos confere, enquanto fiscalizadores da acção governativa e através dela sanear todas as dúvidas sobre os assuntos que constituem a nossa preocupação, da população em geral e, conseqüentemente, obter do Executivo respostas satisfatórias que esperamos que sejam convincentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso Grupo Parlamentar teve a iniciativa de agendar esta sessão plenária, tendo em atenção os pequenos alarmes lançados por aqueles que escolheram a feliz e a melindrosa profissão de salvar vidas e dos próprios pacientes que, sem qualquer hipótese opcional, recorrem ao centro hospitalar Dr. Ayres de Menezes à busca de socorro.

No Hospital Central, os médicos e enfermeiros estão cada vez mais impacientes perante a impossibilidade de os sectores prestarem serviços em moldes que correspondam aos protocolos terapêuticos, e não satisfazem às expectativa e às necessidades dos utentes.

As cirurgias são adiadas com frequência por falta de meios e a frequente escassez de medicamentos tem colocado em risco a vida dos pacientes que buscam socorro no Banco de Urgência e nas enfermarias.

O retrato que fazem os técnicos da Saúde sobre o estado do único hospital de referência do País, no que tange ao sistema nacional de Saúde, das condições de trabalho, da disponibilidade de medicamentos, reagentes e consumíveis, para um atendimento razoável de paciente, é de todo lamentável.

Algumas vozes da opinião pública dizem que os técnicos da Saúde que trabalham no centro hospitalar fazem milagres, porque têm estado a fazer o impossível. Os próprios técnicos dizem que estão a trabalhar em condições paupérrimas e muitas vezes pondo em risco as suas

próprias vidas, com eventual possibilidade de contágio, por falta de meios adequados de protecção.

Srs. Deputados, se os factos acima mencionados só por si já eram motivo para uma reunião deste género, ela é reforçada pelas contraditórias dos técnicos e da Ministra da Saúde, que vieram confundir ainda mais a população, os utentes em especial, visto que as ilações que se pode tirar destas declarações é que a Sra. Ministra faltou à verdade. Isto é muito grave.

Sra. Ministra, a nossa Constituição, no seu artigo 22.º, coadjuvado com a Carta Magna Internacional, aprovada pelas Nações Unidas, diz que «a vida humana é inviolável». Logo, não se deve brincar com ela.

Ainda no âmbito constitucional, o artigo 50.º da nossa Constituição Política determina que «Incube ao Estado promover a saúde pública, que tem por objectivo o bem-estar físico e mental das populações». Como pode verificar a Sra. Ministra, esta tarefa que a senhora tem à testa do Ministério é de tanta responsabilidade e, como tal, tem que saber lidar de forma muito hábil e competente com um sector que é fundamental para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, do próprio País.

Acresce a esta dramática situação o aumento do número de casos do paludismo ao nível nacional, facto que consideramos de uma gravidade sem limite. Apesar dos apoios prestados pelos nossos parceiros internacionais, o paludismo que acerca de 3 anos estava sobre controlo, hoje apresenta números alarmantes de caso. Nos 3 primeiros meses deste ano, foram registados 6000 casos confirmados, número superior à quantidade de casos registados durante o ano passado, cifra jamais registada em tão curto período, nos últimos 6 anos.

As penúrias de medicamentos especializados para doentes mentais têm gerado números elevados de internamento na Psiquiatria e o mais preocupante ainda são aqueles descompensados que deambulam pelas ruas, sem qualquer cuidado de saúde, nem apoio social e de solidariedade.

Sra. Ministra, face ao rol de situações acima mencionadas e às notáveis ausências de soluções, gostaria de endereçar uma pergunta: qual é a estratégia do seu Ministério, a breve trecho, para pôr cobro à lamentável situação da ruptura de stock de medicamentos, reagentes e consumíveis no sistema nacional de Saúde? E medidas tendentes para inverter a situação alarmante que vive hoje o sector da Saúde e a criação de um ambiente laboral saudável entre a tutela e os profissionais da Saúde?

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais** (Ângela Pinheiro): — Não entendi.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Pediu para repetir, vou repetir.

Qual é a estratégia do seu Ministério, a breve trecho, para pôr cobro à lamentável situação da ruptura de stock de medicamentos, reagentes e consumíveis no sistema nacional de Saúde? E medidas tendentes para inverter a situação alarmante que vive hoje o sector da Saúde e a criação de um ambiente laboral saudável entre a tutela e os profissionais da Saúde?

O Sr. **Presidente**: — Está posta uma pergunta além da consideração.

Tem a palavra a Sra. Ministra para responder à primeira pergunta. Eu queria de avisar que a Sra. Ministra tem o tempo igual em relação ao tempo utilizado pelo Sr. Deputado.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu aproveito a oportunidade para agradecer essa oportunidade que dão ao Governo de explicar de uma vez por todas toda esta situação actual que foi criada. Agradeço também o Grupo Parlamentar do PCD, que foi ontem para o hospital verificar a situação e, pelo menos na entrevista dada, nós ouvimos e a população também que não é a mesma situação que existe no Hospital Ayres Menezes nem no País. Digo isto porque é difícil compactuar com essa situação.

Também aproveito a oportunidade para dizer que eu, Ângela Costa Pinheiro, como Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais, não sou estrangeira. Eu sou técnica e profissional do Ministério da Saúde, digo mais uma vez, porque já disse também nas outras entrevistas, a situação que vivemos hoje, estamos a tentar resolver o que já vinha há muitos anos. Digo isso porque se cumpríssemos com o nosso papel como governo, de promover e resolver os problemas ou dar condições para os profissionais trabalharem desde os anos anteriores, não estaríamos nesse cenário que foi criado, porque isso foi criado.

Quando dei entrevista sobre os medicamentos que temos no armazém e ainda ontem viram o que aconteceu durante a visita.

Para responder à pergunta do Sr. Deputado, é que para resolvermos esse problema de uma vez por toda, chegamos à conclusão de que temos que mudar a estratégia e a nossa estratégia neste momento é que foi constituída uma empresa de nome INFARMA STP, que é a empresa farmacêutica de São Tomé e Príncipe, com a parceria entre o Estado, a INFARMA, Cabo Verde e também todos aqueles que são proprietários de farmácias privadas, formámos uma equipa que seja responsável de abastecer o nosso mercado. Tanto para os serviços públicos e farmácias privadas, sobretudo os medicamentos essenciais e outros consumíveis e reagentes, para darmos respostas aos problemas que aparecem no âmbito da Saúde.

A empresa está formada e a curto prazo teremos a mercadoria no País. Antes de contentores chagarem, porque não temos ligação marítima entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Todos os voos que saem de Cabo Verde para São Tomé e Príncipe trazem medicamentos para abastecer e resolvermos esse problema.

Quanto à questão da relação entre os profissionais de Saúde e a Ministra, eu gostaria que o Sr. Deputado esclarecesse quais são os profissionais que têm problemas com a Ministra, porque não vimos em nenhum sector, dizendo que quando falam dos profissionais, é de uma forma geral e que me comprovem, por favor, porque não sei como responder isso nesse momento. Eu tenho a firma certeza de que não existe esse tipo de relacionamento da forma como estão a dizer. Por esta razão, podem observar inclusive a equipa que temos cá. Temos aqui técnicos da classe de enfermagem e da classe médica. É bom esclarecermos essa situação, dizer qual é o grupo, qual é o profissional que tem problemas com a Ministra, porque eu não sei.

O Sr. **Presidente**: — Está satisfeito? Outro grupo parlamentar quer fazer perguntas, para nós alternarmos?

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD quer fazer a sua pergunta?

Murmúrios do Sr. Delfim Neves.

Eu queria alternar, ele diz que não, porque quer fazer outra intervenção.

Se não houver pergunta doutro grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD, para fazer outra pergunta.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, eu estou confuso, porque a Sra. Ministra fez-me uma pergunta. Penso que não faz parte do meu tempo, eu não estou cá para responder, mas já que ela pediu, a resposta não pode contar no meu tempo.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Exactamente.

O Sr. **Presidente**: — Acho até que cada um podia falar....

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sra. Ministra, ainda bem que me fez uma pergunta. Permitiu-me fazer mais uma intervenção que não conta para o tempo.

Primeiro quero perguntar se percebeu bem a minha pergunta. Eu vou repetir a pergunta: qual é a estratégia do seu Ministério, a breve trecho, para pôr cobro à lamentável situação da ruptura de stock de medicamentos, reagentes e consumíveis no sistema nacional de Saúde? E medidas tendentes para inverter a situação alarmante que vive hoje o sector da Saúde e a criação de um ambiente laboral saudável entre a tutela e os profissionais da Saúde?

A resposta que deu da criação de INFARMA é a sua estratégia a breve trecho, sim senhor. Depois perguntou-me qual é o técnico que não tem boas relações consigo. Sra. Ministra, nós assistimos, na TVS, a uma contradição de declarações entre a classe técnica e a senhora. Significa que não há uma coordenação, não há um ambiente salutar nos seus serviços. Isso não é necessário perguntar.

Quando tentou agradecer o Sr. Deputado do PCD pelas suas declarações de ontem, quero dizer que por toda boa-fé, respondeu à sua maneira, mas quero dizer-lhes que foram ludibriados. Foram ludibriados!

Risos do ADI.

Sim, sim. Deixa-me explicar, porque a Sra. Ministra disse aqui, também as pessoas ouviram, – eu espero que sorriam de tudo que vou dizer – que foi uma situação forjada ou

criada, que quando falou tinha o problema controlado. A Sra. Ministra, não convencida, se calhar, com o que os técnicos declararam, criou uma Comissão para avaliar a situação de medicamentos, consumíveis e reagentes no Hospital Dr. Ayres Menezes. Criou ou não? Criou. E essa Comissão fez um relatório e a senhora conhece o relatório. Dizia que foi forjada. Agora vou ler algumas partes desse relatório, para os senhores rirem.

Uma voz: — Nós vamos rir sim.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI):** — Vamos rir também do relatório do Tribunal de Contas.

Risos do ADI.

O Sr. **Delfim Neves (PCD):** — Riam de tudo. Não sei de que relatório o senhor está a se referir.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI):** — O Relatório do Tribunal de Contas.

O Sr. **Delfim Neves (PCD):** — Sobre quê? Não sei do que está a falar e como jurista não devia estar a falar assim.

O Sr. **Presidente:** — Avance, Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves (PCD):** — Sr. Ministra, vou ler um parágrafo do relatório que lhe foi submetido.

«No decorrer das averiguações levadas a cabo por consultas às fichas do stock, à farmácia e ao armazém dos consumíveis, a equipa constatou várias situações de rupturas consumadas e preste a ser consumadas de grande número de medicamentos, assim como os consumíveis e reagentes dos quais se anexa listas facultadas por alguns responsáveis dos serviços e de algumas informações obtidas pela equipa». Portanto, a equipa que a senhora criou para ir averiguar as declarações dos técnicos, constatou que a ruptura é um facto consumado. Quer dizer que existe rupturas.

Eu vou ler também outra parte das conclusões: «A análise da equipa sobre os elementos recolhidos e obtidos permitem concluir que o cenário de falta de medicamentos, reagentes, consumíveis no Hospital Ayres Menezes é um dado consumado.

Que a ausência de dados fiáveis quanto ao consumo de medicamentos e reagentes dificulta a elaboração estatística de consumo de medicamentos e reagentes naquela Instituição de Saúde.

Quando diz que foi algo forjado e depois vem agradecer os Deputados que fizeram a visita e deram aquela declaração, significa que ele disse aquilo porque estava tudo bem. Pelo que viram, foram ludibriados, porque os técnicos da Saúde que são conhecedores da matéria, e digo mais, a equipa constituída pela Sra. Ministra, fizeram um relatório. O técnico que disse que há ruptura de medicamentos falou a verdade.

Estou a reportar o que vem devidamente escrito no relatório de uma equipa criada pela Sra. Ministra.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI):** — O Relatório do Tribunal de Contas?

O Sr. **Delfim Neves (PCD):** — Eu sei que o senhor me escolheu como o seu parceiro aqui na Assembleia. Eu estou disponível para discutir consigo coisas concretas. Não faça panfletos! O senhor está a referir-se ao Tribunal de Contas, mas eu não tenho nenhuma responsabilidade. Estou a dizer aqui em voz alta e em bom som que não tenho nenhuma responsabilidade, nenhum compromisso. Se o senhor tem, leia. Eu desafio o Sr. Deputado a vir ler qualquer relatório do Tribunal Contas que acuse Delfim Neves. Traga-o! Se não o fizer, passará por mentiroso por todo o tempo da sua vida.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais:** — Sr. Deputado, vou começar a falar sobre o assunto da contradição entre a Ministra e os profissionais da Saúde. A equipa da Saúde é formada por médicos, técnicos que são de laboratórios e outros, uns da enfermagem e também dos serviços gerais. Então, temos que ver da maioria qual é o grupo que está a fazer confusão e qual é o outro grupo que resta, além desses que estão a fazer confusão. Temos

que ver isso para depois falar da relação entre a Ministra e os técnicos profissionais de Saúde, porque reúno constantemente com os sindicatos e com os profissionais de Saúde e não é isso que vemos na prática. Temos que saber também a razão dessa contradição. Começamos a explicar que ultimamente tomámos algumas medidas para salvaguardar mesmo o interesse da população e a credibilidade do Governo. Temos alguns profissionais de Saúde que não fazem piquete mas recebem o valor do piquete.

Vozes de ADI: — *Aí é que está.*

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais:** — Temos profissionais da Saúde que não são especialistas e recebiam como especialistas.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — E eles não gostam disso!

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais:** — Então o actual Governo, sobretudo a actual Direcção do Ayres de Menezes, tomou medidas, porque com o actual Governo temos a nossa política que é direccionada àqueles que mais necessitam, também apostamos na justiça social. Quem fica na cama e não faz piquete não deve receber, com o objectivo de termos esse valor dos piquetes para darmos resposta a outros problemas. Também para esclarecimento da nossa população e dos caros Deputados quero dizer que fizemos um aumento do piquete. Nos anos anteriores, sobretudo em 2011, era cerca de mil milhão por mês e neste momento temos 3 mil milhões por mês. Então temos que ser o mais coerente possível e pagar àqueles que realmente fazem piquete.

Outra situação da revolta é que anteriormente mandávamos as ampolas de injeção ou um outro medicamento não tomando em consideração os doentes internados. Mandava-se para as enfermarias. Hoje é tudo controlado. Se há um número determinado de doentes na enfermaria ou também se no stock do Banco de Urgência e se esses medicamentos não forem utilizados terão que ser apresentados mais tarde. Tomamos medidas quanto à questão da pontualidade, a presença dos profissionais atempadamente, para dar resposta aos problemas que podem aparecer. Temos profissionais de Saúde que devem trabalhar 5 a 8 horas por dia mas que só faziam cerca de uma hora e meia. Agora estamos a tomar medidas quanto isso.

Quanto à questão de stock de medicamentos, dissemos no princípio que há dificuldades, assumimos, e dissemos também que estamos a fazer de tudo para mudar, porque se os outros tivessem feito o que estamos a fazer hoje, não estaríamos nesta ruptura de alguns medicamentos, mas com o abastecimento semanal que fazemos através de Cabo Verde estamos a dar resposta a esses problemas. Para não voltar a essa situação de novo, o Governo, não é a Sra. Ministra, chegou à conclusão de que é necessário termos no País os medicamentos, em vez de esperar até quando estivermos a aproximar a ruptura para depois irmos procurar noutras paragens, visto que sabemos onde estamos e qual é a situação da ligação entre São Tomé e Príncipe e outras paragens.

Eu posso inclusive dizer ao Sr. Deputado que essa ruptura que dizem que é total e que é melhor fechar-se o hospital, não é verdade. Nós temos medicamentos para dar resposta aos problemas que aparecem dia a dia. O que está a faltar é também a mudança de comportamento, a forma de comportar perante os problemas que aparecem.

Já houve o caso de um médico que pediu um medicamento a um outro profissional que estava assentado a cuidar de um outro assunto e este simplesmente achou que o mais fácil era dizer que não havia aquele medicamento, em vez de levantar e ir buscar onde foi combinado para guardarem os medicamentos.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Então isso está muito mal!

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais:** — Então é isso que eu tenho por enquanto para esclarecer aos caros Deputados e também à nossa população em geral.

Outra questão também que foi lançada aqui tem a ver com a questão do número de casos do paludismo. Agradeço que consultem realmente os relatórios para depois fazerem a divulgação dos casos do paludismo que tivemos durante o primeiro trimestre, porque isso não é verdade. Não foram 6000 casos no primeiro trimestre.

Vozes de MLSTP e PCD: — Mas é o que disse a Sra. Coordenadora do Centro Nacional de Endemias, na Televisão.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais:** — Não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministros, Caros Deputados: Eu vou aqui fazer uma pergunta, mas me permitam uma introdução antes da pergunta.

Ouvi as respostas da Sra. Ministra e a primeira coisa que disse, na parte introdutória é que «estamos numa situação difícil, porque é o que nós encontramos». Este Governo não viu o paludismo assim na situação em que está. Aqui em São Tomé e Príncipe o paludismo, que constituiu anteriormente uma das grandes causas de morte, encontrou solução durante a vigência dos últimos governos. De facto com este Governo a situação do paludismo entrou numa catástrofe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — É campanha!

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Isto está bem? É uma boa pergunta.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — É campanha? Os números é que o dizem. Já houve altura em que se visitava o Hospital Central Dr. Ayres de Menezes e aparecia um caso de paludismo e agora já são centenas de casos.

Vamos falar de coisas que são reais, que acontecem e que brigam com a nossa vida todos os dias.

Há de facto uma ruptura grave de medicamentos e de reagentes no hospital. Há pessoas que não podem ser operadas porque não há instrumentos e meios que facilitem essa operação e pessoas muitas vezes acabam por morrer por falta desses meios. Estamos aqui a falar não só de uma questão social, mas sim de uma questão de justiça. Quem deve responsabilizar-se por mortes provocada por desleixo? A pergunta que eu faço é a seguinte: a Sra. Ministra disse que há uma estratégia para se resolver o problema dos medicamentos e que essa estratégia para se resolver o problema da falta de medicamentos e reagentes passará pela criação desse organismo que tem parceria com Cabo Verde. Pergunto se isso vai significar a morte da ENAMED e se vai significar que a nossa população vai comprar medicamentos pelo menos a preço que está a comprar, mais barato ou mais caro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Quanto à questão da empresa, ela já foi criada. Já estamos nos últimos preparativos à espera que chegue o abastecimento.

Quanto à ENAMED, já deixou de existir há muito tempo. Neste momento, o que existe é o Fundo Nacional de Medicamentos e o estatuto de Fundo Nacional de Medicamentos só autoriza a venda de medicamentos para os centros de saúde e as ditas farmácias públicas. Não autoriza a venda para as farmácias privadas. Como todos nós sabemos, tem havido a entrada de medicamentos de forma desorganizada, comprometendo realmente a política do Governo que é promover a saúde pública. Então, para cumprirmos esse objectivo e essa política do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais que é a promoção da saúde pública e também defender a saúde pública, vamos converter o Fundo Nacional de Medicamentos num depósito nacional, que será responsável pela compra de medicamentos para o abastecimento dos centros de saúde onde há internamentos e urgências.

Quanto ao preço, aproveito a oportunidade para informar a população, em geral, e os caros Deputados que a nossa política é diminuir o preço dos medicamentos, porque neste momento h estudos que certificam que estamos a comprar medicamentos muito caros. O preço é muito elevado em comparação ao preço que compram lá fora. Então, como a política do Governo é defender aqueles que mais necessitam, isto é, os mais desfavorecidos, então a nossa política é de diminuir o preço de medicamentos de 30 a 40%, e de forma organizada.

Aplausos do ADI.

Porque temos que zelar realmente pela saúde da nossa população e pôr os medicamentos a um preço razoável para que as pessoas possam comprar. A maioria da população não consegue comprar lá fora, tem que comprar aqui e estamos preocupados com esta situação. Esta é uma das medidas que vamos tomar e estamos a organizar-nos, fazendo um exercício interno para darmos resposta em termos de medicamentos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra e Sr. Ministro, com a devida vênia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, os meus cumprimentos.

Estamos aqui neste exercício de perguntas sobre um sector nevrálgico, um sector essencial, a Saúde.

E por mais que queiramos nos escudar, lamentavelmente, só temos um hospital de referência e todos nós sem excepção, se tivermos um problema, quer seja o Sr. Presidente quer seja o mais vivo plebeu, todos têm que recorrer ao Hospital Central.

Então, Sra. Ministra, eu pensava que este exercício seria um exercício em que, tendo feito o diagnóstico da situação actual, que nos preocupa a todos, como o aumento dos casos do paludismo, o aumento da morte materna e de neo-natais e a questão que hoje nos trouxe aqui, a gestão do stock de medicamentos, iríamos construir algo depois deste debate que serviria até como um instrumento para que o Governo pudesse orientar-se, porque interpelação significa colocar perguntas ao Governo. Não é para se vir sancionar ou buscar infracções ou coisas cometidas, mas ao numerar as gestões. Nós não somos perfeitos e esse exercício tinha que ser feito com todos os Deputados, porque senão não estaríamos cá.

Sra. Ministra, permita-me uma pequena introdução. As unidades hospitalares, ao organizarem o seu processo produtivo, devem armazenar insumos de forma a garantir a não interrupção do seu processo de prestação de serviço.

A atenção à logística hospitalar deve ser fundamental, pois dela depende, entre outros sectores, o abastecimento de todos os pontos de distribuição de medicamentos e materiais médicos hospitalares dentro do hospital, independentemente do seu valor.

O desempenho dessa matéria prende-se com uma administração profissional. Estamos a falar de uma matéria com alguma tecnicidade e complexidade, a gestão de stocks de medicamentos.

Uma administração profissional que deve contar com um administrador hospitalar ou uma equipa hospitalar com alguma competência técnica e que possua uma visão dinâmica e futurista, que conheça o quadro de doenças do País, para também estabelecer um stock em função, quer das doenças não infecciosas, quer das doenças crónicas e quer das doenças comuns que vão aparecendo no dia-a-dia.

A gestão de stock tem como objectivo central garantir o uso racional dos medicamentos. Ouvi a Sra. Ministra falar da diminuição de preços, é preciso ponderar a estratégia, porque, lamentavelmente, o nosso hospital é aberto a toda gente, até aos estrangeiros e nós, às vezes, damos o mesmo preço a um estrangeiro que tem a capacidade de comprar qualquer medicamento.

Eu gostaria que a Sra. Ministra tivesse em conta, na sua estratégia, a questão dos genéricos, porque num país como o nosso a perspectiva é trazer ao centro o uso dos genéricos. Portanto, o uso racional de remédios prescritos pelos profissionais médicos deve responder às demandas de medicamentos de pacientes hospitalizados. Os focos dos produtos são caracterizados por ciclos de demandas. Há momentos que cresce, há momentos que decresce e há momentos de ressuprimento, com flutuações, na perspectiva de manter medicamentos em disponibilidade na mesma proporção da sua utilização no hospital. As questões referentes à gestão de medicamentos e à forma como estes são distribuídos entre seus vários sectores, pontos de enfermagem, centros de tratamento intensivo e centro cirúrgico nos dizem muito em relação à qualidade da prestação desses serviços.

Agora, Sra. Ministra, a questão que eu gostaria de colocar. Queremos saber qual é o valor orçamentado para a compra de medicamentos, pois se verifica uma sistemática e sistémica ruptura de medicamentos. Quero que nos diga claramente qual é o custo social da falta de medicamentos. A falta de medicamentos no hospital tem um preço, os gastos com os suprimentos também, o gasto das perdas por perecibilidade dos produtos tem um preço e então, eu gostaria que a Sra. Ministra registasse as preocupações e dissesse claramente, em suma, quais são os gastos sociais pela falta de medicamentos. Quando falo em custo social, falo de vidas em risco, perdas de vidas e incapacidades resultantes da ausência de administração de um medicamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Peço desculpa à Assembleia, não venho responder às questões da Sra. Deputada Elsa Pinto, vim cá só para lembrar uma questão, porque eu acho que estamos a fazer política na

questão do paludismo e nos esquecemos, muitas vezes, do que falámos e analisámos aqui nesta Casa. Tenho aqui a minha «cábula». Lembro-me que, em 2008, analisámos aqui nesta Casa Parlamentar o Programa de Luta Contra o Paludismo e alguém, na altura, que era director do Centro de Endemias, disse que era responsável por esse programa, era Deputado e fez intervenções aqui. Disse na altura que estava em risco o Programa de Luta Contra o Paludismo por falta de dinheiro, já em 2008/2009. Mesmo em 2008/2009, toda gente se lembra, houve uma ruptura total de medicamentos no Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes e teve-se que recorrer à Nigéria para se comprar medicamentos de urgência, para repor-se o stock. Nós falámos disso aqui, na Legislatura passada. Eu só vim fazer-vos lembrar.

Qualquer governo tem dificuldades. Temos que reconhecer isso. O País não tem capacidade económica para satisfazer todas as suas necessidades, nós sabemos disso, mas o que precisamos é da colaboração de todos. Há problemas, conhecemos qual é a situação económica do País, toda gente sabe, é uma situação difícil. Pior ainda, essa situação veio complicar-se mais com a situação da crise internacional, mas, meus senhores, não vale a pena estarem a fazer política por uma questão de ruptura de alguns medicamentos. A Ministra já disse que reconhece que há esta situação e que o Governo está a tentar repor esse stock.

É um assunto que o próprio Líder Parlamentar do PCD introduziu, chamando atenção para a importância do assunto, mas não vamos fazer política com a vida e com a saúde das pessoas. Sejam honestos connosco mesmo!

Sabemos que o País tem dificuldades, o centro hospitalar tem dificuldades e qualquer outro país. Ainda ontem estive na *internet* e li que o centro hospitalar de uma zona do Canadá estava sem medicamentos. Canadá é um país rico.

Nós que temos que estar a pedir dinheiro para comprar medicamentos, comprar isso e aquilo, se há falta de alguns medicamentos, temos que fazer todo esse espectáculo? O que é isso? Vamos ajuntar-nos e colaborar para resolvermos o problema! É este o apelo que faço a todos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde, para responder.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, vou responder às questões levantadas pela Sra. Deputada Elsa Pinto sobre qual é o valor existente do OGE para a compra de medicamentos, consumíveis e reagentes. Temos cerca de 16 mil milhões de dobras, inclusive, neste orçamento, projectámos até a compra de medicamentos para as pessoas doentes do SIDA e da tuberculose, o que não havia nos anos anteriores, porque nós dependíamos apenas do Fundo Global. É difícil repormos, falta um ou outro medicamento, mas a ruptura não é total como dizem por aí, porque o actual Governo, chefiado pelo Dr. Patrice Trovoada, com o princípio de continuidade de Estado e para repor também a credibilidade do Estado junto dos nossos parceiros, dos nossos fornecedores, andou a pagar dívidas, em vez de repor o stock de medicamentos.

Com uma tal empresa FHC, que até então não conhecemos os seus representantes, porque já pedimos encontro várias vezes, mas até então não apareceram, em 2010, tivemos que pagar cerca de 5 683 mil milhões de dobras; temos o total de compras que fizemos durante 2011 para repor o stock, no valor de 5 711 mil milhões de dobras e para algumas dívidas do ano passado também tivemos que pagar um valor total de 9 178 mil milhões de dobras. Mesmo com essa dificuldade toda e todas essas contas para pagar, que seria o valor para repormos o stock, tivemos que cumprir com a nossa parte, pagar para depois começarmos a receber.

Mais uma vez eu digo, não existe ruptura total.

Quanto a pessoas que morreram por falta de medicamentos ou de condições, não tenho nenhuma informação. O que temos que fazer sim senhor, e gostaria de lançar esse apelo, é um inquérito para vermos quais são as pessoas que morreram realmente por falta de algum medicamento ou falta de algum apoio, para a solução do problema da Saúde. Como disse anteriormente, sou profissional de Saúde, já tenho 17 anos de experiência e se fizermos o levantamento de alguns anos atrás vamos ver a resposta.

Por falta de medicamentos não tenho informação nenhuma.

Quanto à evacuação, falta de dinheiro para o pagamento de passagens para evacuação de doentes e quanto à questão do bloco operatório, já houve um tempo que realmente esteve fechado por falta de consumíveis e medicamentos, porque estamos sempre atentos a esses problemas.

O que não havia anteriormente em cada instituição, sobretudo nos centros de saúde dos distritos, cada um fazia a sua compra, desde que entramos organizamos, fazemos uma compra única e abastecemos todos dentro das nossas possibilidades, tomando em consideração as doenças predominantes e as necessidades.

Volto a dizer que sabemos que há dificuldades, não estamos distraídos como algumas pessoas dizem.

Em relação ao que foi dito que a Ministra tentou ludibriar a opinião pública, devo dizer aqui, inclusive vamos entregar depois os dados do stock que temos e a data de chegada. Temos cá os documentos de tudo que compramos e estamos a comprar, com as datas e tudo. É mesmo difícil, porque esses 5 mil milhões e outros que andamos a pagar se tivessem sido repostos nos anos anteriores, não estaríamos nessa ruptura de alguns medicamentos, mas aqueles medicamentos que são para dar resposta, sobretudo para atendimento dos casos de urgência, no caso dos internam no nosso hospital ou que vão à procura, temos e estamos a dar resposta.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada Elsa Pinto quer mais esclarecimento?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, regimentalmente, para uma pergunta, uma resposta, mas não ouvi nas respostas da Sra. Ministra resposta à minha questão, pelo que gostaria de repor a pergunta, e que o tempo não contasse.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada infelizmente estava fora.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Não, não. Estava aqui a ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Então faça o favor de citar o que a Sra. Ministra não respondeu.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, não lhe invejo a árdua tarefa. É o «custo dos louros». Quando se herda uma empresa, herda-se com o passivo e o activo.

Quando deixei o Ministério da Justiça, tinha já nomeado até o corpo directivo do Guiché Único, tudo pronto, mas quem pôs a lápide diz que é obra sua. Pois é!

Sra. Ministra, eu estava a relacionar-me com a questão da sua estratégia, na medida em que foi colocada uma pergunta sobre a estratégia. Eu disse, na minha pergunta, que há uma situação de ruptura sistemática e sistémica. Sobre essa matéria temos que ter uma estratégia bem definida, porque há custos e custos que têm que ser orçamentados.

Sra. Ministra, na gestão de stock de medicamentos temos os chamados custos pela perecibilidade. Medicamentos que chegam e de repente passam o prazo de validade, têm custos.

Esta tentativa que a Sra. Ministra está a fazer agora chama-se receprimento de medicamentos, porque há um stock, o habitual fornecedor, possivelmente, não está à altura de mandar agora e a senhora tem que ir buscar o stock no mercado. Tem custos, porque a senhora vai comprar muito mais caro. Tudo isso tem custos. Estou a perguntar à Sra. Ministra, para além de todos esses custos que tem uma ruptura de stock para um sistema hospitalar, há custos também sociais. A senhora não me venha dizer que vamos fechar o hospital e transformá-lo numa casa de lazer. Se a Sra. Ministra tem 17 anos de profissão como técnica hospitalar, eu tenho tempo da minha existência como utente do hospital. Estou lá sempre.

O que temos que fazer é avaliar a situação. Hoje, qual é a situação real, Sr. Ministra? Não me responda com escapatórias, porque tem que assumir as suas responsabilidades enquanto chefe deste departamento ministerial e de um sector nevrálgico.

Se eu disser à Sra. Ministra, por exemplo, que hoje para uma epidural não se aplica a verdadeira agulha, em vez de ser uma agulha fina, aplica-se uma agulha grossa, isto tem consequências, pode causar incapacidade, porque não há agulha fina. A Sra. Ministra tem conhecimento disso, porque é mãe, é paciente, é utente também. Se não há, por exemplo, fios de sutura, não são aqueles que desejavelmente devíamos ter, é o nosso quadro, venha com transparência e encontremos soluções alternativas para isso. Então, quero saber, neste exercício, o que foi orçamentado para a Saúde de forma a podermos reequacionar e transformar esse sector? Podemos sugerir, porque o nosso papel é fiscalizador. Estamos a interpelar o Governo para esse efeito, Sra. Ministra, não mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Ministra quer responder?
Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Desculpem, mas gosto de tirar a limpo tudo aquilo que dizem e que digo também. Quando falei de ter ludibriado os Srs. Deputados que visitaram o centro hospitalar, volto a confirmar isso.

Falei aqui que a Sra. Ministra criou, por despacho, uma comissão para avaliar a situação, o seu despacho é do dia 5 de Maio, e no mesmo dia a equipa entrou no terreno e no dia 9 a equipa entregou o relatório no seu gabinete.

O relatório diz que a ruptura de medicamentos e de consumíveis no centro hospitalar está consumada. Se o relatório diz isso, o que podemos concluir? Alguém está a faltar à verdade. É um relatório composto por cinco profissionais da Saúde, e certamente da sua confiança, porque o despacho é seu. Os técnicos da sua confiança não podem mentir. Admira-me que anteontem concluíram que há ruptura e ontem já não havia. Não chegou, que eu saiba, nenhum navio ontem e o avião que veio ontem foi para Cabo Verde, ainda não chegou, só chega hoje.

É necessário clarificar isso, não estamos aqui a fazer política por fazer, aqui é a Casa onde se faz política, mas não é uma política de coisas que não têm cabimento, estamos a falar tudo com documentos.

A Sra. Ministra estranhou aqui o caso do número do paludismo. Penso que as pessoas assistem à Televisão. Eu vi a Directora do Centro de Endemias, num programa da TVS em que confirmou isso, ela que é responsável por essa área, e há um quadro, se quiserem posso vê-lo, desde 2008 a 2012. Quando falei, não inventei absolutamente nada.

Protestos do Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

Oiça meu caro Deputado Domingos, quero pedir-lhe de forma sublime, aqui neste púlpito, que quando quiser falar com Delfim Neves, de forma directa, convide-me para um debate *tête-à-tête*, mas enquanto Deputado o senhor tem espaço e tempo a mais, que nunca foi gasto, para falar aqui e obter respostas. Não me incomode nem me perturbe! Aliás, a Mesa tem que tomar conta disso. Está no Regimento que o Deputado não pode nem deve perturbar o outro, enquanto estiver no uso da palavra.

Portanto, dizia que não se inventou absolutamente nada. Se há outros dados que contrariam aqueles que a Sra. Directora disse no programa televisivo, no Hotel Pestana, então diga-nos que não é esse. Esclareça que são outros números. Se me disserem que o número é inferior, ficarei mais satisfeito, porque se tratando de paludismo é preciso ter em conta que nenhum de nós cá está fora de contágio. É preciso ver isso. Quanto menor número for, melhor, mas não venha aqui dizer que estamos a inventar. Isto tem que ficar claro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: eu não tenho por hábito exhibir documentos, mas gosto que quando as pessoas exibam documentos, leiam-no todo.

É verdade que há um relatório de uma comissão e eu pedi à Ministra para intervir nessa matéria só para apreciar aquilo que a comissão disse. É uma ruptura de nove tipos de medicamentos e de cinco consumíveis. Num centro hospitalar daquela dimensão, é normal que haja ruptura de alguns medicamentos. Isso foi dito aqui, o Governo reconhece que há essa ruptura e esse relatório fala claramente que «O cenário da falta de reagentes, medicamentos e consumíveis no Hospital Ayres de Menezes é um dado consumado.» Mas quais são esses medicamentos? São esses que estão aqui.

Vamos ler todo o documento?

Uma voz: — Mas são os essenciais.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Se são essenciais ou não eu não sou especialista para dizer, por exemplo, que é ampicilina ou qualquer outro remédio. O que eu sei é que há ruptura de alguns medicamentos, não de todos. Nós reconhecemos aqui que há essa dificuldade. Há! É por isso que o Governo definiu como estratégia que, semanalmente, nos dois voos que vêm de Cabo Verde, a vinda de alguns medicamentos para a reposição do stock. Esta é a estratégia do Governo, semanalmente, para além da grande quantidade que vem via marítima.

Peço desculpa à Sra. Deputada Elsa Pinto, pela minha intervenção, é pena ela não estar cá. Avaliar, os custos sociais da Saúde, sinceramente, eu não sei se somos capazes de calcular neste país actualmente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Confesso que por vezes entrar nesse caminho de fazer política o percurso é armadilhoso. Para mim, não é errado admitir, como eu admiti, que o cenário que encontramos no centro hospitalar foi preparado para receber a delegação do PCD. Nós não somos ingénuos, desculpe-me a franqueza, Sra. Ministra, mas há alguns aspectos, no centro hospitalar, que nos assustam. Hoje, esta manhã, como forma de comprovarmos a veracidade daquilo que nos foi apresentado, tenho aqui em mãos um pedido de algumas análises que fomos lá tentar fazer. Trata-se de exames de plasmódium, VIDAL, Urina, Criatina, Hemograma completa, Colesterol e os técnicos do laboratório disseram taxativamente que não têm como fazer esses testes. Portanto, Sra. Ministra, tenho que admitir uma coisa e agradecer a forma como o Sr. Director e a sua equipa nos recebeu, mas é também verdade que hoje nós fomos comprovar a veracidade de muitas das informações que nos passaram e eis aqui o resultado, Sra. Ministra. Na verdade, em São Tomé e Príncipe, temos que ter a coragem de admitir as coisas. Todos aqui, a qualquer momento, podemos acabar adoecendo de repente e ir parar no hospital. Ouvir que não há reagentes para determinados tipos de análises é preocupantíssimo.

Falando muito rapidamente da visita, fomos ao centro hospitalar Dr. Ayres Menezes, o único do nosso país, e das coisas que vimos, permitam-me dizer, gostámos apenas de uma: a forma como a direcção nos recebeu. Por favor, entendam isso como uma crítica construtiva. Não gostámos da forma que os profissionais da Saúde, médicos, enfermeiros e auxiliares, têm trabalhado naquele espaço que se colocou para as urgências. Aquilo é perigoso. Temporário ou não, aquele espaço não tem condições mínimas, nem de trabalho nem para o atendimento. O nosso apelo é

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Solução...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Se esperar, falarei.

O nosso apelo é no sentido de procurarem, de forma urgente, que a empresa que está a fazer as obras no espaço próprio do Banco de Urgências, acelere e cumpra o prazo.

Isto não é solução, Dr. Levy Nazaré? É o que nós estamos a tentar fazer. Não podemos fechar os olhos e dizer que aquelas condições são ideais. Nem deviam ser temporárias. Que se encontrasse outro espaço, porque não gostámos do que vimos.

Outro aspecto que não gostámos foi em relação à carência de medicamentos. Tudo bem, o grupo tentou mostrar o que mostrou e hoje tirámos as provas. Existe sim ruptura de stock de medicamentos no nosso país e que bom que o Sr. Ministro e a Sra. Ministra admitiram que há. Que bom que estamos a admitir e estamos, em conjunto, a buscar solução, porque não podemos brincar com isso.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, meu amigo, esteve aqui e disse que são apenas alguns medicamentos, mas estamos a falar de vidas humanas. É um pai, uma mãe, um filho e um avô que a qualquer momento pode morrer por falta de medicamentos.

Sra. Ministra, a minha pergunta é, diante de todo esse quadro, qual é a sua apreciação? Que expediente a senhora tem feito no sentido de colmatar essa situação? Corrigindo a pergunta para a clarificar mais, será que a sua estratégia para o sector da Saúde, nomeadamente o centro hospitalar, compadece com a situação que temos? Não há necessidade de buscar acções mais urgentes para colmatar esse problema? O que é que Vossa Excelência pode fazer no sentido de evitar que vidas sejam ceifadas por causa dessas carências e dessas rupturas de stock de medicamentos?

São estas as minhas perguntas e, já agora, em termos de ajuda, para se trabalhar a questão de custos sociais de Saúde, neste momento, São Tomé e Príncipe é feliz, temos muitos sociólogos e muitos economistas. Contrate alguns deles, por favor, que a senhora vai ter resposta para isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Cotú, que é meu amigo, damo-nos muito bem. Somos «amigos de café». Não consigo entender que o senhor ontem publicamente fez uma declaração e hoje vem cá justificar que aquela declaração que fez ontem era falsa. Ontem, se foi tudo preparado, quer dizer que o senhor encontrou lá reagentes, medicamentos, encontrou tudo. Estava tudo preparado para receber os senhores. De certeza que encontraram. O senhor acabou de fazer uma declaração pública, para a população ouvir, a desmentir tudo que falou ontem. Quer dizer, isso é pura desonestidade política.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para resposta.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Ministro, sou um cidadão abençoado, porque no processo da educação que a minha família me deu, admitir os erros não constitui falha grave. Quando temos a humildade de admitir erros, quer dizer que estamos abertos a aprender e melhorar o nosso percurso. Por isso, eu não considero desonestidade política, tendo em conta que eu pude aqui dizer e mostrar que nós fomos hoje comprovar a veracidade das informações laboratoriais é que não existem esses reagentes e esses elementos.

Portanto, não é desonestidade política.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Macedo.

O Sr. **Mário Macedo** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, queria fazer uma introdução.

Já ouvi falar muito do Hospital Ayres de Menezes, mas como fui eleito pelo Distrito de Mé-Zóchi, gostaria de falar desse Distrito. Tendo em conta o limite de tempo do MDFM/PL, vou cingir a minha intervenção a esse Distrito e todos me compreenderão.

Sra. Ministra, a população de Mé-Zóchi quer saber, tendo em conta que é maioritariamente agrícola, que destino pretende dar à infra-estrutura hospitalar da roça Santa Margarida, atendendo que a mesma se encontra num estado de degradação avançada, juntamente com suas infra-estruturas, sendo que o depósito de água que abastece o referido hospital encontra-se em péssimas condições, assim como as estradas que a circundam. Tudo isso constitui verdadeiro atentado à saúde pública. E mais, há falta de telefone público nas localidades, viaturas de pronto socorro no local e falta de equipa de enfermeiros à noite.

Sra. Ministra, a meu ver, isso implica uma visita sua ao local.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Mário Macedo, está a fugir do debate.

O Sr. **Mário Macedo** (MDFM/PL): — Só para terminar, Sr. Presidente, esse hospital merece ser reabilitado com condições para internamento, de modo a aliviar o sofrimento da população que dele necessita, como diz bem a Sra. Ministra, os mais desfavorecidos cujo processo possa encaixar melhor na estratégia do Projecto de Saúde para Todos, no Distrito de Mé-Zóchi, mais concretamente a zona que eu atrás referi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Margato.

A Sra. **Fernanda Margato** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não venho cá criticar e nem levantar mais problemas. Simplesmente venho como mulher, atendendo que a Sra. Ministra é uma mulher e assim vou dar-lhe alguns conselhos. Sra. Ministra, se quiser ouvir ou não, o hospital tem problemas, pode não ter muitos, mas tem alguns. Gostaria de dizer-lhe para arranjar uma boa equipa médica com médicos capacitados para lhe ajudar a controlar os medicamentos. Eu apoio, porque sei o que se passa no hospital. Sra. Ministra, as reservas são poucas e eu não sou médica nem sou enfermeira, mas tenho muita experiência.

Se a senhora tiver uma clínica com 50 doentes e 50 camas, e se mandar 30 ampolas de injecções, logo há doentes que não apanham nada. Sabemos que a senhora não faz milagre, mas tenta controlar mais do que isso.

É o conselho que eu lhe dou como mulher. Faça isso, criando uma boa equipa de assessoria ao seu lado. Não vê política, politiquices nem nada, mas o trabalho.

Risos e aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra, porque também fiz parte da delegação que esteve ontem no nosso único centro hospitalar.

Depois de tudo que ouvi aqui, senti a obrigação de vir cá esclarecer com verdade aquilo que se passa realmente no Hospital Central e as constatações a que chegámos.

Em primeiro lugar, devo agradecer o meu amigo José Manuel, que é também «amigo de café», porque estamos sempre aí na Avenida a conversar e a trocar ideias. A sua equipa de trabalho recebeu-nos muito bem e devo agradecer por essa cordial recepção em que se prontificou de nos acompanhar durante a visita e também entendemos o sacrifício. Foi isso que o meu colega Danilson Cotú quis reconhecer. O sacrifício que os administradores do Hospital

têm feito para tentar evitar situações piores daquelas que estão a acontecer no Hospital. Foi aqui que ele tentou reconhecer, porque também devemos ser coerentes, reconhecer o sacrifício de algumas pessoas, porque têm tentado fazer o que o Governo não tem conseguido fazer. A Direcção do Hospital não tem culpa daquilo que está a acontecer. O que nós assistimos é uma incapacidade do Governo no sentido de dar respostas às demandas do nosso único centro hospital.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Oh!

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Está melhor.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Eu estou a falar com documentos. Tive o cuidado ontem de pedir os documentos. Tem havido requisições em tranches, 50 cápsulas, 50, 20 caixas por semana, por dia e não sei o quê, para resolver pequenos problemas.

O Sr. Administrador do Hospital disse que há momentos em que chega a usar fundos do Hospital, receitas internas que cobram ali, para recorrer à Saúde para Todos, ENAMED, para comprar medicamentos para resolver problemas do Hospital. Onde é que está o Governo?

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — É competência do Sr. Administrador do Hospital colocar medicamentos no Hospital? É competência dele usar aquele fundo? Quem quiser contrariar que venha cá contrariar. Graças a Deus todos nós temos direito ao uso da palavra. Que venha cá contrariar!

A questão de análises. Meus senhores, a situação não está como estão a tentar passar. Não somos nós, os Deputados, que estamos a fazer política. Quem tem tentado fazer política é o Governo.

O Sr. Deputado e Médico Pascoal d' Apresentação, quando levantou aqui as questões, o Governo respondeu da sua maneira. Apresentou caixas de medicamentos, garrafas de oxigénios, mas o relatório de 9 de Maio diz que o Hospital tem uma garrafa de oxigénio. Está no relatório e a Sra. Ministra tem.

Está manhã, às 8 horas e 30 minutos, estive no Hospital Central, no Banco de Urgência, antes de vir para a plenária ...

Vozes do ADI: — Para fazer quê? Chantagem?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Fui ontem como Deputado e hoje fui como cidadão. Às 8 horas e 30 minutos não havia nenhum médico na Urgência. É verdade que estavam na famosa reunião que fazem todas as manhãs.

Tive a feliz sorte de ouvir um médico dizer que durante a reunião leu uma lista indeterminável de medicamentos que existem no Hospital. Esse médico disse que não precisava daqueles medicamentos para tratar dos doentes, porque não são essenciais.

Uma Voz: — Quem disse?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Eu aqui não vou dizer o nome, mas é um médico do ADI, que já foi ministro do ADI. Disse que ele não precisava daqueles medicamentos.

Risos de PCD e do MLSTP/PSD.

Vozes do PCD e MLSTP/PSD: — Já sabemos.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Disse que não precisa daqueles medicamentos para tratar de doentes, num comentário com o seu colega. Eu estive perto e ouvi.

A questão de reagentes. Olha, temos aí um caso. Um dia desses, o Director Clínico teve uma crise no Hospital e não havia BMTeste para fazer. Outro colega médico é que teve que ir à sua casa buscar. É o Director Clínico do Hospital e estamos a falar de saúde. Quer dizer que estamos a brincar com a saúde humana.

Esta manhã, fui ao Banco de Urgência e pedi para fazer o teste de glicemia. Gastei um teste infelizmente, mas tive que o fazer para ter propriedades para falar. Sabem quantas fitas de BMTeste existem no Banco de Urgência para todo o dia de hoje até amanhã? Cinco fitas. Gastei uma e ficaram quatro para 24 horas.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Isso é campanha.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — No Banco de Urgência. Estamos a falar de saúde e de atender aos utentes. Minha gente, convenhamos! Estamos a brincar com saúde humana. Cinco fitas num Banco de Urgência? Se aparecerem ali mais do que cinco doentes, acabam por morrer no Banco de Urgência.

Só comentei as constatações que fiz no Hospital, agora vem a minha pergunta. Apesar de tudo isso, devemos reconhecer o esforço que a equipa da administração do hospital tem feito para tapar o buraco do Governo, porque esses expedientes, tentando tapar o sol com a peneira entendemos, somos políticos, estão a cumprir os seus deveres, temos que reconhecer isso, mas o Governo tem que assumir a sua responsabilidade.

O medicamento não pode ir para o centro hospitalar a conta gotas, 20, 50 ampolas, 10, 20 comprimidos. Estamos a falar de um centro hospitalar que atende a toda população de São Tomé e Príncipe, ou estamos a brincar com a saúde da população?

A Sra. Ministra disse aqui, quando estive no uso da palavra, que gasta com o pagamento de piquetes 3 mil milhões por mês, o que vem a dar cerca de 36 mil milhões por ano. Gostaria que a Sra. Ministra dissesse aqui quanto é que tem no OGE para o pagamento de piquetes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, vim apenas para responder à questão sobre as análises. Assumimos que neste momento existe também falta de reagentes, existe sim senhora. Porquê? Porque quando demos oportunidade para abastecer o stock, quanto à questão de reagentes, a empresa que foi contratada na altura, foi em 2010, a tal FHC, quando entramos em Agosto de 2010, constatámos que dada a lista que foi enviada ao fornecedor, não foram capazes de enviar os mesmos reagentes compatíveis com o aparelho que temos no Hospital Ayres de Menezes.

Uma Voz: — Qual é a empresa?

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Uma tal de FHC. Mais uma vez, volto a dizer que quando entrámos, tomamos contacto do tal contrato que foi realizado na altura, em 2010, que era num total de 1 056 000 de euros para a compra de medicamentos e reagentes para abastecer o País, não somente o Hospital Ayres de Menezes, e o nosso parceiro que iria doar esse valor tomou conhecimento de que havia problemas no concurso, mas mesmo assim fizeram o concurso, lançaram o pedido e ficámos à espera que chegassem os reagentes, mas chegou tudo ao contrário daquilo que pedimos. Não somente os reagentes, mesmo alguns aparelhos que chegaram, em pouco tempo, estavam todos avariados. Tivemos que pagar os reagentes que chegaram, seria o dinheiro para repormos o stock. Contudo, vimos uma solução. Descobrimos que o aparelho que está no Centro de Saúde da Trindade é compatível com esses reagentes, foi acertado. Não foi a Sra. Ministra que chegou no hospital e determinou isso, foi o consenso da Direcção do Hospital Ayres Menezes juntamente com os profissionais e informaram-nos. Todos os pedidos de análise, sobretudo aqueles doentes que estão internados e não podem deslocar-se, a própria administração hospitalar assume. Fazem recolha da amostra e os técnicos do Ayres de Menezes levam para a Trindade, para resolver esse problema. Esse é um problema que temos, porque nesse momento é uma solução provisória.

Mais uma vez digo, assumimos que existe dificuldades e estamos a fazer de tudo para resolver.

Quanto à questão de medicamentos e de consumíveis que estão naquela lista que diz que o facto está consumado, será que esses consumíveis que estão naquela lista é que faz parar o hospital ou morrer alguém? Será? Envelope para colocar o slide de raio x, tinteiro para documentos vai parar ou fazer alguém morrer? Convenhamos!

Quanto à questão de oxigénio que também está nesse relatório, na altura quando pedimos à equipa que fizesse o inquérito, foi no momento que abastecemos todos os serviços e neste momento temos o oxigénio no hospital. Não temos no País como abastecer...

Uma Voz: — Lá fora tem oxigénio.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Não temos, já pedimos há cerca de 3 semanas, estamos à espera que chegue. O País é nosso, todos sabemos que existe dificuldade e não é problema de hoje. Se entregamos a lista de abastecimento de consumíveis

e medicamentos, podemos constatar e alguém aqui que me diga o contrário. Aquela compra que o Sr. Ministro falou que o Hospital Ayres de Menezes foi abastecido com o apoio da Nigéria, foi em 2008. Se formos comparar o cenário económico actual, ver agora e o passado, foi na altura do governo liderado pelo Dr. Patrice Trovoada, que durou 3 meses, desde aquela altura, que foi abastecido. Quando entrámos encontrámos de novo tudo baixo e estamos a tentar repor, estamos a fazer de tudo.

Sobre a questão da estratégia, estamos a reabastecer através do avião até chegar o contentor que dissemos. A curto prazo vamos resolver esse problema e depois a continuidade será dada pela empresa IMFARMA STP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Gostaria de ter um esclarecimento da Sra. Ministra. Disse aqui, até usou um palavrão «uma tal de», quer dizer que é uma empresa que vulgarmente se pode considerar «fantasma». Sendo fantasma, como é que mais tarde disse que pagou a factura? Gostaria de saber quais são as medidas que o Governo tomou para identificar essa empresa «fantasma» e como é que um governo honesto, sério, competente, paga uma factura de uma empresa «fantasma».

Quero saber também que medidas foram tomadas para além desta solução encontrada no Centro de Saúde da Trindade?

Também faltou um pouco de humildade em agradecer o Projecto Saúde para Todos, porque o equipamento que está na Cidade da Trindade é graças a esse projecto e o Governo tem que ter essa humildade e dizer; sim senhor, graças a esse projecto encontramos uma alternativa para consumir parte desses reagentes. Por isso, gostaria de saber exactamente o que o Governo está a fazer, enquanto Governo honesto, sério, competente que está a combater e disse que vai combater a corrupção, já que encontrou uma factura de «uma tal de», palavras suas Sra. Ministra, FHC, que enviou medicamentos que não compadecem com equipamentos que temos? No entanto, pagou para colmatar essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — A medida que tomámos para resolver esse problema! É que são tantos problemas para serem resolvidos. Como o Sr. Deputado disse e eu também confirmei, à tal empresa FHC pagámos a dívida que encontrámos, deixámos de fazer a compra com a empresa e passámos para outra, porque o caso ainda está em investigação.

Solicitámos às pessoas que estavam na altura na gestão, ninguém deu resposta. Não sabemos o nome da pessoa que assinou como representante da FHC em sabemos a localidade em que reside. Já convocámos, mas não aparece.

Murmúrios.

Então, como temos problemas de abastecimento, estamos a abastecer com a outra empresa de outra forma e o caso também está juntamente com os outros para ser entregue ao Ministério Público.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Pagaram. Quem é que recebeu o dinheiro?

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Pagámos porque na altura deram-nos o número da conta. Queríamos resolver o problema.

Murmúrios e protestos gerais.

Íamos deixar os doentes sem medicamentos e as pessoas a morrerem?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — É isso que eles querem.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Devíamos fazer isso? Não. Estamos a resolver o problema e, como solução, inclusive até ao momento tenho uma factura no gabinete desta empresa sem pagar, porque eu disse que enquanto a empresa não aparecer e enquanto não se resolver o problema, não vamos pagar essa factura.

Pagamos a primeira parte, mas agora tivemos que parar e não continuar a fazer compra com essa empresa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que o estado caótico em que se encontra o Hospital Central Dr. Ayres de Menezes não se compadece com as respostas que temos estado aqui a receber, nem com as atitudes que temos estado a ver, com incoerências e inverdades.

Há um relatório a que foi feita referência pelo Sr. Deputado Delfim Neves, também já tenho infirmações sobre esse levantamento que foi feito, o seu estado de facto é preocupante e respostas a essa situação não pode ser porque em 2010 houve uma empresa tal e tal. Para já isso parece de uma irresponsabilidade sem precedente. Quer dizer, uma empresa que ninguém conhece, não existe, não sabe onde é que mora o chefe da empresa, mas se pagou. Pagou-se a quem?

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Pagou-se a primeira parte.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Oh Sr. Deputado, pagou-se a quem? Não estou a perguntar se é a primeira ou a segunda. Não devia haver primeira.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Se quisessem agir com coerência, não devia haver primeira. Então, é cúmplice quem paga também a esse tipo de empresa que não existe.

Murmúrios do Sr. Deputado José Diogo.

O senhor sabe e não vale a pena estar aqui a murmurar, porque sabe que é verdade o que estou a dizer.

Sra. Ministra, compreendo e todos aqui compreendemos que o País tem dificuldades e, um pouco em resposta ao Sr. Ministro, é verdade que em 2007/2008 a crise não era tão profunda como é hoje, mas isso não pode justificar algumas situações de ruptura que vivemos no nosso Hospital. Não é verdade também que o último abastecimento do Hospital Central Dr. Ayres de Menezes foi feito na altura que o Governo foi chefiado pelo Dr. Patrice Trovoada. Isso não é verdade!

O abastecimento dos reagentes e de alguns medicamentos é feito com alguma regularidade. Com muita dificuldade, às vezes, mas com alguma regularidade. A falha apareceu nos últimos tempos.

Murmúrios do ADI.

Pessoalmente, a leitura que faço é que a falha é derivada de algum distanciamento que existe entre a Ministra e alguns técnicos que conhecem muito bem a situação do Hospital.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — É só para dizer ao Líder Parlamentar do MLSTP/PSD que não apresentei os dados como justificativo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Ouvei aqui o Governo dizer que todos sabemos, portanto, conhecemos a situação do paludismo e uma das causas é a falta de meios para se lidar com essa situação. A minha preocupação é saber do Governo que estratégia tem para lidar com essa questão. Todos sabemos que, num passado recente, tinha-se também adoptado medidas e parecia que estávamos bem, que o paludismo estava a acabar em São Tomé e Príncipe e, de repente, por falta de meios, o mosquito criou resistência e trouxe-nos mais problemas e com alta taxa de mortalidade. Tudo isso suponho que todos recordamos, porque afectou-nos a todos. Estamos perante um cenário quase idêntico ao anterior. Houve um esforço inicial, o índice palúdico começou a regredir, todos começamos a aplaudir porque se estava a acabar com o paludismo

em São Tomé e Príncipe e, de repente, não sei qual é a cifra, mas o certo é que esse índice está a aumentar. Isto tem muitas consequências, o absentismo no trabalho que se começa a assistir, porque a pessoa estando doente não vai ao trabalho; o paludismo não rima com o turismo, sabemos que também, num passado recente, muita gente tinha receio de vir a São Tomé e Príncipe porque tinha medo do paludismo.

Com a agravante de que está a chover – tem estado a chover, graças a deus, porque no ano passado tivemos grande seca, – isso implica que vai haver acumulação de água e todas as outras coisas que provocam o aumento do paludismo.

Portanto, a minha preocupação é saber qual é a estratégia do Governo para lidar com isso. Se não estaremos outra vez perante uma situação em que o mosquito vai criar resistência e vamos estar outra vez com taxa de mortalidade exagerada.

Sinceramente, Sra. Ministra, isso tem-me preocupado, não só a mim como o cidadão comum também.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Ministra, para responder.

A Sra. Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais: — Quanto à questão de luta contra o paludismo, já anunciámos várias vezes a razão deste aumento e, juntamente com os nossos parceiros, estamos a tomar medidas para resolvermos esse problema, visto também que estamos preocupados.

Esse aumento deve-se ao atraso de algumas medidas que eram para ser tomadas em 2008/2009 que não foi possível...

Murmúrios e risos do MLSTP/PSD e do PCD.

... e atraso do desbloqueamento por parte dos nossos parceiros. Também tínhamos que associar duas rondas de financiamento. Realizámos, ultimamente, uma pulverização em algumas comunidades que eram mais preocupantes quanto à situação do paludismo e, neste momento, inclusive juntamente com os nossos parceiros, possivelmente para o próximo mês porque são tantas as missões da OMS de consultoria ao Ministério da Saúde e Assuntos Sociais quanto a questões de saúde. Já vimos, juntamente, com a OMS e estamos a trabalhar quanto a isso, porque os estudos feitos dizem que o vector está resistente à actual substância que utilizamos para a pulverização. Também temos que tomar algumas medidas, porque não se deve trocar de um produto para outro sem fazer estudos do impacto disso sobre a nossa população. Então, estamos a fazer o trabalho, a equipa do Centro Nacional de Endemias, juntamente com os nossos parceiros, o Fundo Global, também temos a OMS e mesmo a Cooperação Taiwanesa e ainda não temos a medida definitiva quanto a isso.

Fizemos neste momento a pulverização intra-domiciliária e os casos foram diminuindo.

Também aproveito para informar sobre a questão do primeiro trimestre de 2011 e o de 2012. Tivemos, em 2011, 1444 casos e, em 2012, 2778 e não 6000 como disseram. Com a intervenção que fizemos, temos observado que houve uma diminuição. Está a diminuir, mas de forma lenta, porquê? Porque como já tinha dito anteriormente, há resistência do vector à substância que estamos a utilizar neste momento para a pulverização. Para tomar essa medida para mudarmos o produto, temos que ter muito cuidado quanto ao impacto dessa substância na nossa população e também no próprio meio ambiente. É por isso que estamos ainda a analisar a situação.

Ainda na próxima semana estaremos num encontro sobre «fazer recuar o paludismo». Teremos também encontros com os outros parceiros para ver essa questão do financiamento que candidatamos e que o desbloqueamento está a ser muito lento.

Se não cumprirmos todas as medidas que estão plasmados no nosso Programa de Luta Contra o Paludismo, aí sim poderemos voltar ao passado e nós, o actual Governo, não queremos isso, porque também apostamos no turismo como uma das fontes também do crescimento económico, para a melhoria da situação da nossa população.

O Sr. Presidente: — Já estamos com 94 minutos de debates e estão a faltar 26.

A Sra. Deputada Maria de Cristo, do PCD, quer ainda fazer uma intervenção? O PCD não tem tempo, mas pode negociar com a banda da direita.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. Alcino Pinto (MSLTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas: Fui seguindo com alguma atenção esta sessão de perguntas ao Governo sobre o sector da Saúde,

porém, antes de vir a esta sessão plenária, tive o cuidado de me informar porque, felizmente, não sou muito frequentador do hospital.

Risos da Sra. Ministra da Saúde.

Tive que me informar e a conclusão a que cheguei, no quadro das informações recebidas e pelas intervenções aqui havidas hoje, é que de facto a situação no Hospital Central é altamente preocupante. Estou convencido de que o Governo tem esta noção, que particularmente a Sra. Ministra tem essa noção e o disse aqui algumas vezes na sua intervenção, mas me preocupa mais é a forma como o Governo e, muito particularmente a Sra. Ministra, está a lidar com algumas questões e a forma como explica, como responde algumas questões.

Nos primeiros momentos das respostas da Sra. Ministra, procurou atribuir culpas aos outros, sobretudo aos outros governantes que estiveram antes de si. A dado momento, disse que «se os outros estivessem a fazer o que estamos a fazer, hoje não haveria ruptura», mas deixa-me dizer-lhe, Sra. Ministra, – este é um dado que muitas vezes nos escapa – que o Governo, dentro de três meses, completará 2 anos da sua existência e 2 anos à frente dos destinos do nosso país.

Se algumas coisas poderão efectivamente justificar-se com o passado, esta é daquelas coisas em que o passado não pode ser chamado à colação. A reacção tão lenta e algumas vezes irresponsável como o Governo, nas palavras da Sra. Ministra, está a reagir a situações tão críticas que brigam com a nossa saúde, só pode ter um nome, «irresponsabilidade»! Não pode ser aceitável que a Sra. Ministra nos diga que «porque os outros não fizeram, hoje temos ruptura». Não pode ser! Ou estamos perante alguma falta de visão, ou estamos perante algum défice de gestão, ou qualquer coisa parecida.

Sra. Ministra, estive a ouvi-la atentamente quando falava da questão da ruptura do stock de medicamentos e outros consumíveis – está na moda esta terminologia – mas deixa-me dizer que, das informações que pude recolher, não sei em que ano foi interrompida, havia uma coisa chamada «Iniciativa de Bamaco» que ajudava na recuperação de custos.

Pelas informações disponíveis, sobretudo o Distrito de Água Grande, através do Centro policlínico, este sector chegava a fazer importações na ordem de 300 a 400 000 euros de medicamentos, inclusive tinha uma auto-sustentabilidade que permitia resolver também outras questões.

Não discuto as opções – opções é como o gostar, o amar, não se discute. O Governo tem uma opção, podemos discordar delas, mas não a discuto. Agora, o que discuto é o resultado. Dizia aqui o meu colega Deputado Delfim Neves. Vinha também levantar essa questão, porque a Sra. Ministra dizia a dado momento que, das dívidas, havia uma empresa. Não utilizou a expressão «fantasma», mas «desconhecida».

Disse-nos a Sra. Ministra, na última intervenção, que teve que pagar para evitar que não houvesse falta de abastecimento. Disse que pagou, mas que o próximo abastecimento, ou o abastecimento seguinte não foi feito pela mesma empresa. Daí que, no mínimo, não sei como qualificar isso, Sra. Ministra, mas há qualquer coisa que não vai bem. Não posso pagar a um desconhecido quando tenho dúvidas.

Disse a Sra. Ministra que provavelmente vai investigar, ou uma investigação está em curso. Deixo-lhe um conselho: no futuro, as questões de interesse colectivo e público, quando sobretudo o governante tem dúvidas, a primeira coisa a fazer é mandar investigar. Sobretudo quando, neste caso, o passo seguinte não foi a mesma empresa. Se tivesse que pagar para salvar uma situação de abastecimento urgente, ainda se compreenderia. Pagar a um desconhecido, mas para que o outro pudesse abastecer é, no mínimo, desconcertante.

Vou terminar porque muitas questões foram aqui abordadas e quero dizer à Sra. Ministra que consultei o meu Líder Parlamentar.

A questão do paludismo é tão central nas nossas vidas que não podemos permitir que haja uma nova derrapagem. Sei que em 2010 ainda se fez a pulverização, em 2011 não se fez, que comparativamente aos índices do primeiro trimestre de 2011 houve a duplicação em relação a 2012 e estamos disponíveis para, conjuntamente com o Governo, encontrar uma forma de estancarmos o mais rapidamente possível esta situação. Se é um problema que se prende com alocação de verbas, que o Governo traga propostas concretas, porque tudo quanto implica despesas é da responsabilidade do Governo. Aprovámos o orçamento de 2012, mas se se torna necessário, para salvar vidas e por questões de saúde da nossa população, a revisão orçamental, nós, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, anunciamos aqui publicamente que estamos disponíveis para colaborar com o Governo nesta matéria.

Termino, Sr. Presidente, fazendo referência também a algo que alguns chamaram de «mau relacionamento» entre a Ministra e os técnicos da Saúde. Também me foi dito isso. A Sra.

Ministra insistiu muitas vezes para que disséssemos que sectores ou que técnicos. A Sra. Ministra compreenderá que isso seria, no mínimo, deselegante e pouco ético, mas deixaríamos como recomendação que a Sra. Ministra fizesse um esforço de revisão deste relacionamento. Não sei se a culpa está em si, mas é verdade que os chefes e os líderes têm a incumbência de manter sã a sua equipa.

O nosso conselho vai no sentido de melhorar esse esforço, já que disse que não existem esses problemas e, sobretudo, que reintroduza algo que me parece que deixou de existir, que é a relação entre o corpo ministerial e directivo e os chamados «distritos sanitários». Portanto, temos informações de que há também um défice nessa matéria e seria bom, para que houvesse de facto um maior equilíbrio sanitário no nosso país, que a Sra. Ministra pudesse rever essa questão do relacionamento, porque dizem que deixou de existir o chamado conselho de direcção, ou coisa parecida, onde os responsáveis sanitários regularmente podiam ter assento. Acho que isso seria um mecanismo para permitir que a Sra. Ministra, enquanto chefe do sector, tenha mais informações, mas o essencial da nossa nota, Sra. Ministra, é o que disse anteriormente, a questão do paludismo é nevrálgica no quadro da saúde dos são-tomenses e nós, o MLSTP/PSD, estamos abertos e disponíveis para discutir com o Governo as formas de ultrapassarmos esse problema. Se for a questão de revisão e alocação de novas verbas, que o Governo traga propostas para que se reveja o orçamento, mas não podemos permitir esse luxo de haver nova derrapagem em nome da ausência de recursos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Apenas tomei a palavra de novo para agradecer o conselho e a disponibilidade, não sei se é do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, em colaborar, contribuir e apoiar numa busca de solução para a luta contra o paludismo que sabemos que é problema de todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria de Cristo.

A Sra. **Maria de Cristo** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros: Antes de passar à pergunta, que é rápida, apenas queria chamar atenção ao Governo, na pessoa da Sra. Ministra, um pouco também na sequência da intervenção do Sr. Deputado Alcino Pinto, porque o Governo tem estado a querer desculpar os seus erros, recorrendo sempre aos anos de 2008 e 2010. A ética nos ensina que não devemos justificar as nossas irresponsabilidades e erros com os dos outros. O Governo tem um programa com o qual ganhou as eleições, tem que ter mestria e imaginação suficiente para cumprir com o programa que apresentou ao povo. O povo está à espera das respostas do Governo para a solução dos seus problemas.

Falou-se aqui do paludismo e a minha preocupação também é sobre isso, para perguntar sobre a pulverização. A Sra. Ministra disse que já foi retomada, mas para além disso há coisas tão básicas e elementares como o mosquiteiro impregnado, que não há no nosso mercado. Sendo o mosquiteiro uma arma forte contra o paludismo, porquê a inexistência do mesmo para servir o povo, sobretudo a população de base, que tem muita necessidade desse instrumento contra o paludismo?

O Sr. **Mário Macedo** (MDFM/PL): — Ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Há um ponto de ordem, mas já estamos no fim e a Sra. Ministra quer responder à pergunta sobre mosquiteiros.
Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Mário Macedo** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, é só para dizer que tinha feito uma pergunta em nome da população e ela está à espera da resposta. Portanto, espero que a Sra. Ministra ainda tenha tempo para responder à minha pergunta. É simplesmente isso.

O Sr. **Presidente**: — Se a Sra. Ministra quiser pode responder, mas só que a sua pergunta saiu fora do âmbito desta sessão.

O Sr. **Mário Macedo** (MDFM/PL): — Ela está cá e poderá responder.

O Sr. **Presidente**: — Pronto, está bem.
Tem a palavra a Sra. Ministra.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, tomei boa nota da sua pergunta e vamos depois organizar e ver que solução poderemos dar a essa questão que levantou.

O Sr. **Mário Macedo** (MDFM/PL): — Muito obrigado.

Aplausos do ADI e do Sr. Deputado Mário Macedo.

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Quanto à questão do mosquiteiro, é só para dizer que já há mosquiteiro no País e já estamos a preparar a sua distribuição. O atraso, mais uma vez, se deu por causa da demora do desbloqueamento por parte dos nossos parceiros e a junção de uma fase do programa com a outra que tínhamos que realizar.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, já esgotamos todo o tempo. Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez muito boa tarde, Caros Colegas, venho apenas fazer uma intervenção na base de uma das passagens a que a Sra. Ministra fez referência.

Falou-se de uma empresa FHC que foi chamada a fazer o fornecimento de medicamentos e consumíveis ao Hospital. Chegou, pelo que percebi, a fazer esse fornecimento, ou pelo menos parte dele, mas também colocou em causa a qualidade de consumíveis e o tipo de compressa que chegou ao centro hospitalar e isso é um caso preocupante, porque a população é utente do hospital e, como sente a falta, também é prejudicada com a qualidade que lá está.

Portanto, venho solicitar que medidas o Governo tomou, uma vez que a empresa é «fantasma» e nunca se conseguiu referências da mesma. Se ainda não tomou, que pensa em fazer para esclarecer? Porque não só a falta como a qualidade também que há é bastante perigosa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, venho em nome da Ministra, que me encarregou de responder a esta questão. Muito obrigado Sra. Deputada Isabel.

Sabe, a empresa importou os medicamentos e eles já estavam no País. De qualquer forma, havia um compromisso e o Governo tinha que pagar, primeiro passo.

Segundo passo, não se trata de uma empresa estrangeira...

Murmúrios gerais.

Vozes do ADI: — Ah, aí está!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Portanto, como queremos apurar as responsabilidades dos que assinaram o referido contrato, submetemos o assunto ao Ministério Público. Não vamos aqui dizer que é fulano ou sicrano, isto não é o nosso hábito.

Uma voz do ADI: — Ah, *óla uó!*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, pedi para fazer uma curta intervenção, pedindo um esclarecimento.

Em boa hora vem o Sr. Ministro dizer que, finalmente, a empresa é nacional e que o caso está no Ministério Público. É muito importante, mas sinceramente só me faz rir, porque efectivamente a Sra. Ministra está a demonstrar uma desorientação total. A FHC, que eu saiba, é uma empresa sediada no Porto, Portugal, e muitos quadros técnicos foram lá fazer estágios...

Murmúrios do ADI.

...estou a falar com conhecimento de causa, e é accionista da INFARMA, que a senhora aqui anunciou...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Oh!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Estou a falar no púlpito público para as câmaras. Aí é que é uma desorientação total vir uma governante dizer que a empresa é «fantasma», que desconhece, mas pagou, porque tem o número da conta...

Murmúrios e protestos do ADI.

...atenção, dizendo que só tem o número da conta, enquanto os técnicos já foram fazer estágios naquela empresa, no Porto. A FHC é accionista da INFARMA. Podem perguntar. Vir pôr isso em causa como se fosse uma coisa *cambalachada* é muito grave!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização:** — Isso foi um cambalacho!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Se é cambalacho e o Governo pagou, o Governo é responsável. O Sr. Ministro não pode dizer que é cambalacho, tratando-se de um assunto que o Governo pagou um milhão de dólares...

Murmúrios da Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. disse que pagou...

A Sra. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais:** — Um milhão de dólares não!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Bom, concluiu esta sessão de perguntas com uma coisa muito pequena: falhou a estratégia! Inicialmente...

Uma voz do ADI: — O senhor é sócio dessa empresa?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não sou sócio da empresa. Pode ficar à vontade e pode investigar, está bem. Não sou sócio e nem conheço os sócios.

Sem tem sócios nacionais, aliás, nem me importa, que todos os Srs. Deputados sejam sócios dessa empresa, desde que preste um bom serviço, esteja legalizada e dê os materiais e medicamentos que sejam requisitados, qual é o problema? A verdade é que a estratégia furou...

Vozes do ADI: — Vossa, não é?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Inicialmente, a Sra. Ministra veio dizer que o nosso centro hospitalar vai em bom ritmo, em bom caminho, está às mil maravilhas e quando confrontada...

Protestos dos Srs. Ministros e do ADI.

Estou a dizer o que ouvi cá. Inicialmente disse que não havia ruptura, agradeceu a delegação que foi visitar pelas declarações que fez e, no fundo, quando foi confrontada com documentos e com a realidade, tinha que vir dar o dito pelo não dito e dizer que efectivamente há rupturas e que não existem medicamentos que fazem falta ao centro hospitalar.

Portanto, concluímos que na verdade reconhecemos que a Sra. Ministra está num ministério muito complicado e esse ministério efectivamente não é para quem quer, é para quem sabe, porque é um ministério que tem a ver com a vida das pessoas. Tal os médicos nos hospitais, os juízes nos Tribunais. São sectores de muita capacidade, que a pessoa que está a tutelar tem que ter muita competência. Aquilo que vi aqui, para mim é uma desorientação total, uma incapacidade e uma incoerência.

Quando falou do paludismo, por exemplo, falou como se estivéssemos em Dezembro de 2012. Se eu fosse a senhora, teria mais cautela, vinha corrigir os números sim, mas também faria um reparo, «atenção, estamos nos primeiros quatro meses do ano e já estamos em dois mil duzentos e tal». O número que foi aqui dito, os 6000, não foi inventado, foi dado por alguém que está à tutela de uma direcção que tem a ver com o caso.

Em suma, Sr. Presidente, Sra. Ministra, a situação do nosso Hospital Ayres de Menezes e do paludismo, fundamentalmente, é grave. Adicionado a isto, gostaríamos que a Sra. Ministra nos falasse da questão das obras que estão a ser feitas no Banco de Urgência, que quase ninguém conhece o projecto, um projecto que custa quase 3,5 milhões de dólares e poucas pessoas o conhecem. Gostaria que nos brindasse com uma explicação, se quiser, não é obrigado. Se não quiser, também poderemos fazer uma visita ao Hospital, não custa nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, termine a sua conclusão, porque estamos a ver o problema dos medicamentos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Concluindo, de tudo quanto ouvimos aqui e daquilo que disse atrás, o Ministério da Saúde é um ministério que tem que ter pessoas à frente com muita capacidade, com muita competência e com conhecimento de causa.

Caberá, naturalmente, ao Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo, tirar as suas ilações.

Vozes do ADI: — Sr. Presidente, o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Acho que já esgotamos o tempo.
Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Viegas, só para conclusão.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, o tempo já acabou. Qual conclusão qual quê?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Não há espaço para conclusões.

O Sr. **Presidente**: — Para a conclusão do grupo parlamentar.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de pedir a vossa indulgência para se cumprir o Regimento. Há um tempo que foi estabelecido por si desde o início dessas perguntas...

O Sr. **Presidente**: — Já cumprimos o tempo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Cumprimos o tempo e não há no Regimento espaço para conclusão. Cumpriu-se e acabou o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Penso que o debate...

Vozes: — Não é debate, é perguntas ao Governo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não existe no Regimento tempo para conclusão. No início toda gente aqui concordou para cumprimos o Regimento.

Os Srs. Deputados Alcino e Elsa Pinto falaram para cumprimos o Regimento, então vamos cumpri-lo, Sr. Presidente. Não há tempo para conclusão.

O Sr. **Presidente**: — Qual é a proposta?

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não há proposta, acabou!

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Não, é perguntas ao Governo.

Murmúrios gerais.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado, sente-se por favor.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O senhor é que tem que se sentar, não vou me sentar. Acabou o tempo, acabou mesmo!

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Ok, está bem, sente-se!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não há tempo, está encerrado, tem que encerrar a sessão.

Murmúrios gerais.

Não, é que temos que deixar disto de consenso, consenso e consenso. De consenso em consenso estamos a ferir o Regimento todos os dias. Já se ultrapassou em demasia o tempo. Conclusão para quê mais? Estamos no capítulo de perguntas ao Governo, já se fez as perguntas todas e respondeu-se, acabou-se o tempo e acabou mesmo! Peço à Mesa que encerre a sessão, por favor, cumprindo o Regimento.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Ponto final e acabou!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sente-se, Sr. Deputado.

Vozes do ADI: — Não, não senta nada!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não é o senhor que me manda assentar.

Risos gerais.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado José Viegas tem 1 minuto para encerrar.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Com o devido respeito, não é o Sr. Deputado que me manda sentar. O Sr. Presidente manda-me sentar e eu sento-me. A autoridade aqui é o Presidente da Assembleia.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Sr. Presidente, convide o Sr. Deputado a assentar-se.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — É só para informar que estou a esgotar o minuto que tenho.

Ouvimos as respostas e quero confessar que foram muito cretinas em relação àquilo que devia ser respostas para um debate desta dimensão por parte da Sra. Ministra.

Essa última intervenção relativamente à questão da empresa que foi evocada revelou duas coisas e a primeira é a incoerência que existe nessa solução que o Governo quer relativamente à nova forma de abastecimento do País com medicamentos e reagentes. Porque as respostas também são completamente caricatas, fica uma leitura: há pessoas que são muito boas em alguns lugares, mas provavelmente, Sra. Ministra, essa carga tem sido muito pesada para si.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, é 1 minuto!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Para a nossa situação de saúde ao nível nacional e para a situação do Hospital Ayres de Menezes, haver esse tipo de reacções e respostas que tivemos em relação às preocupações levantadas, penso que se a senhora não quiser tirar as suas ilações, o Sr. Primeiro-Ministro que as tire, porque a Nação é de nós todos e todos nós podemos estar num risco permanente ao ter um centro hospitalar a funcionar como está. Independentemente do esforço que reconhecemos dos técnicos...

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Agora é o Governo. Se quiser usar da palavra...

Vozes do ADI: — Não, não!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Estamos disponíveis a colaborar, como dizia o Sr. Deputado Alcino Pinto, mas ela tem que ser conjugada com uma coisa que vamos pedir...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, o seu minuto já acabou.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — ... é que se crie competências para dirigir o Ministério da Saúde.

Risos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Agora é a competência do ADI!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O Sr. Deputado é muito competente!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, damos por encerrado o debate e agradeço a vossa presença e contribuição.

Declaro encerrada a sessão de perguntas ao Governo sobre a Saúde.

Eram 14 horas e 15 minutos.